UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Paulo Sérgio Carvalho de Melo

PARENTOCRACIA E INVESTIMENTOS EDUCACIONAIS: “FABRICAÇÃO DE BONS ALUNOS” E DESIGUALDADES ESCOLARES

Macapá-Ap,2025

Paulo Sérgio Carvalho de Melo

PARENTOCRACIA E INVESTIMENTOS EDUCACIONAIS: “FABRICAÇÃO DE BONS ALUNOS” E DESIGUALDADES ESCOLARES

Aprovada em 29/04/2025

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Adalberto Carvalho Ribeiro
Universidade Federal do Amapá

_____

Profa. Dra. Ana Cláudia Peixoto de Cristo Leite
Universidade Federal do Amapá

_____

Profa. Dra. Márcia Jardim Rodrigues
Universidade Federal do Amapá

Paulo Sérgio Carvalho de Melo

PARENTOCRACIA E INVESTIMENTOS EDUCACIONAIS: “FABRICAÇÃO DE BONS ALUNOS” E DESIGUALDADES ESCOLARES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amapá como requisito final para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II sob orientação do Prof. Dr. Adalberto Ribeiro.

Macapá-Ap

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Cristina Fernandes – CRB-2 / 1569

M528p Melo, Paulo Sérgio Carvalho de.
Parentocracia e investimentos educacionais: "fabricação de bons alunos" e desigualdades escolares. / Paulo Sérgio Carvalho de Melo. - Macapá, 2025.
1 recurso eletrônico.
65 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Curso de Pedagogia, Macapá, 2025.
Orientador: Prof. Dr. Adalberto Carvalho Ribeiro.
Coorientador: .

Modo de acesso: World Wide Web.
Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Parentocracia. 2. Escola. 3. Desigualdade social. I. Ribeiro, Adalberto Carvalho, orientador. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 370.1934

MELO, Paulo Sérgio Carvalho de. **Parentocracia e investimentos educacionais**: "fabricação de bons alunos" e desigualdades escolares. Orientador: Prof. Dr. Adalberto Carvalho Ribeiro. 2025. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Pedagogia. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2025.

RESUMO

O Objetivo geral deste estudo é compreender o conceito de parentocracia possibilitando o entendimento de que o fenômeno pode ser um fator de diferenciação escolar para determinados grupos sociais reiterando as desigualdades estruturais existentes na sociedade em que vivemos. É importante justificar que Parentocracia é um tema de grande relevância no contexto atual da sociedade. Vivemos em uma época em que os pais exercem um papel cada vez mais central na educação dos filhos, muitas vezes ultrapassando os limites da influência e tornando-se autoritários e controladores. É certo que não são todas as famílias que se caracterizam como praticantes da parentocracia. São as denominadas classes médias e intelectualizadas as mais afeitas às práticas parentocráticas. Além disso, a parentocracia também pode contribuir para a perpetuação de desigualdades sociais, uma vez que pais com mais recursos financeiros têm maiores condições de influenciar e controlar a educação de seus filhos. A metodologia é baseada em pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica nada mais é do que a pesquisa que se utiliza de artigos e materiais já publicados para dar a credibilidade a temática trabalhada. Na fundamentação teórica, dentre os principais interlocutores, destacamos Brown (1980;1999); Bourdieu (1970;1976;1979;1982;2007;); Zaia Brandão e Isabel Lellis (2010); Nogueira (1997;2012); Santos, Pereira e Santos (2018); Darchy-Koechelin (2005);Adrião (2014); Cattani e Kieling (2007); Pinçon e Pinçon-Charlot (2003); Nogueira, Romanelli e Zago (2008); Riedner e Pereira (2012); Adrião (2014); Ferreira, Diogo e Melo(2018); Stoer (2002); Silva e Assis (2019). A parentocracia não é apenas uma questão de escolha individual, mas um fenômeno social que tem impactos profundos nas desigualdades escolares e reconhecer essa dinâmica é crucial para desenvolver políticas que visem promover uma educação mais equitativa, onde todas as crianças tenham acesso às mesmas oportunidades, independentemente das condições socioeconômicas de suas famílias.

Palavras-chaves: Classe média; Parentocracia; Família; Escola; Desigualdade social.

ABSTRATC

The main objective of this study is to understand the concept of parentocracy, aiming at the understanding that the phenomenon can be a factor for school differentiation for specific social groups, reiterating structural inequalities that exist in our society. It is important to justify that parentocracy is a topic of great relevance in the current context of society. We live in a time when parents play an increasingly central role in the education of their children, often going beyond the limits of influence and becoming authoritarian and controlling. Not all families are actively practicing parentocracy. The so-called intellectualized middle classes are the ones most prone to parentocratic practices**.** In addition, parentocracy can also contribute to the perpetuation of social inequalities, since parents with more financial resources are more capable of influencing and controlling the education of their children. The methodology is based on bibliographic research that uses articles and materials already published to give credibility to the topic addressed in this research. In the theoretical basis, among the main interlocutors, we highlight Brown (1980; 1999); Bourdieu (1970; 1976; 1979; 1982; 2007;); Zaia Brandão and Isabel Lellis (2010); Nogueira (1997; 2012); Santos, Pereira and Santos (2018); Darchy-Koechelin (2005); Adrião (2014); Cattani and Kieling (2007); Pinçon and Pinçon-Charlot (2003); Nogueira, Romanelli and Zago (2008); Riedner and Pereira (2012); Adrião (2014); Ferreira, Diogo and Melo (2018); Stoer (2002); Silva and Assis (2019). Parentocracy is not just a matter of individual choice, but a social phenomenon that has profound impacts on educational inequalities, and recognizing this dynamic is crucial to developing policies that aim to promote more equitable education, where all children have access to the same opportunities, regardless of the socioeconomic conditions of their families.

Key-words: Middle classe; Parentocracy; Family; School; Social Inequality.

LISTAS DE SIGLAS

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

CAPS – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CMCG – Colégio Militar de Campo Grande

ETC – Entre Tantas Coisas

MT – Mato Grosso

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

INVENT – Instituto Nacional de Vendas e Trade Marketing

HSBC – Hong kong and Shanghai Banking Corporation

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO……..3
2. METODOLOGIA……...7
2.1 – Pesquisa Bibliográfica……7
3.PARENTOCRACIA – Para além da meritocracia – um projeto coletivo familiar…….9
3.1.Parentocracia fenômeno da sociedade atual.....9
3.2. Elites, Classe Média e suas visões de Escola.....12
3.3. Classe média e suas estratégias familiares.....22
3.4. Práticas familiares da Classe Média – os docentes universitários.....36
3.5. A parentocracia reiterando as estruturas desiguais educacionais……....40
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS……52
REFERÊNCIAS……..55

1. INTRODUÇÃO.

Aparentemente, não há referências diretas à categoria Parentocracia. Não um corpo sólido na literatura sobre a temática. No entanto, pode-se inferir o que Brown (1980) e Bourdieu (1976) entendem por esse termo a partir de suas reflexões sobre as relações entre família, escola e sociedade em geral.

Brown, por exemplo, fala em seu livro "Uma política para a educação" (1980) sobre a "cultura de classe média" que domina muitas escolas e perpetua a desigualdade social. Segundo ele, essa cultura se baseia em valores como o individualismo, a competitividade, a meritocracia e a ênfase nos resultados quantitativos (notas, diplomas, etc.).

Esses valores são difundidos pelos pais e pela mídia, mas também são reforçados pelos próprios sistemas escolares, que privilegiam determinados tipos de conhecimento e habilidades em detrimento de outros.

Bourdieu (1976), por sua vez, elabora uma teoria mais ampla, a da "economia das trocas simbólicas", na qual a distinção social é criada e mantida pelas relações entre agentes que possuem diferentes tipos de "capital": o econômico, o cultural e o social. Segundo Bourdieu (1976), a família desempenha um papel fundamental na transmissão do capital cultural, ou seja, daquelas formas de conhecimento, habilidades e disposições que são valorizadas e recompensadas pela sociedade em geral (por exemplo, o domínio da língua escrita, a familiaridade com a música erudita, a capacidade de entender e interpretar obras literárias complexas, etc.). Esse capital cultural, por sua vez, é essencial para o acesso a posições de poder e prestígio na sociedade.

Assim, pode-se dizer que a parentocracia seria um sistema em que os pais detêm um poder desproporcional na definição dos valores, normas e práticas educacionais, reproduzindo as desigualdades sociais através da transmissão de um tipo específico de capital cultural e da imposição de uma visão particular de mundo. Esse poder pode ser exercido tanto de forma direta (por meio de pressões sobre a escola ou as autoridades educacionais) como de forma mais sutil (através da valorização de determinados tipos de atividades extracurriculares, por exemplo). Sendo ainda um termo pouco conhecido em alguns espaços educacionais podemos perguntar: A parentocracia pode ser

entendida como um meio de diferenciação da escolarização, em função de um determinado grupo social?

De acordo com Zaia Brandão e Isabel Lellis (2010), a parentocracia pode ser entendida como um meio de diferenciação da escolarização em função de um determinado grupo social, sim. A parentocracia se refere a situações em que um grupo de pais, geralmente mais privilegiados social e economicamente, exerce grande influência sobre as escolas e a educação de seus filhos, muitas vezes em detrimento dos interesses e necessidades de outros alunos e da própria qualidade do ensino. Isso pode levar a uma segmentação e desigualdade na escolarização, perpetuando as desigualdades sociais existentes.

Os grupos sociais mais afeitos à parentocracia são aqueles em que a família tem uma forte influência sobre a educação dos filhos e em que os pais têm expectativas elevadas em relação ao seu desempenho escolar. Para a escolarização desses grupos, é importante adotar algumas seguintes condutas:

- Fortalecer a relação entre escola e família, envolvendo os pais no acompanhamento do processo educativo dos filhos.
- Oferecer um ambiente escolar acolhedor e inclusivo, que valorize a diversidade cultural e social.
- Estimular a participação ativa dos alunos nas atividades escolares, por meio da adoção de metodologias de ensino que promovam a autonomia e a criatividade.
- Implementar programas de orientação vocacional e profissional, que auxiliem na escolha adequada de carreiras e na formação de competências para o mercado de trabalho.
- Oferecer atividades extracurriculares que estimulem o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como a liderança, o trabalho em equipe e a resolução de conflitos.
- Promover a formação continuada dos professores, para que estejam aptos a lidar com a diversidade de alunos e famílias, e a implementar práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas.

Com base na problemática brevemente exposta acima o presente projeto de Trabalho de Conclusão de Curso se baseia no seguinte problema: **A parentocracia pode se constituir em uma “fábrica” para se desenvolver os**

denominados “bons alunos”, reforçando as desigualdades estruturais educacionais existentes?

O Objetivo geral desta pesquisa é compreender o conceito de parentocracia possibilitando o entendimento de que o fenômeno pode ser um fator de diferenciação escolar para determinados grupos sociais reiterando as desigualdades estruturais existentes na sociedade em que vivemos. Quanto aos objetivos específicos temos: 1) - Analisar o conceito de parentocracia no contexto das desigualdades educacionais; 2) - Compreender a parentocracia à luz da distribuição dos recursos sociais existentes na sociedade vigente; 3)- Descrever condutas específicas de grupos sociais mais afeitos a parentocracia quanto às práticas de investimentos e mobilizadoras educacionais relacionando-as com as formas de desigualdades educacionais;

É importante justificar que Parentocracia é um tema de grande relevância no contexto atual da sociedade. Vivemos em uma época em que os pais exercem um papel cada vez mais central na educação dos filhos, muitas vezes ultrapassando os limites da influência e tornando-se autoritários e controladores. É certo que não são todas as famílias que se caracterizam como praticantes da parentocracia. São as denominadas classes médias e intelectualizadas as mais afeitas às práticas parentocráticas.

Essa excessiva interferência dos pais na vida dos filhos pode trazer consequências negativas tanto para os próprios pais quanto para os filhos. Nos parece que a parentocracia pode levar à criação de indivíduos inseguros, dependentes e pouco criativos, incapazes de tomar suas próprias decisões e enfrentar as dificuldades da vida.

Além disso, a parentocracia também pode contribuir para a perpetuação de desigualdades sociais, uma vez que pais com mais recursos financeiros têm maiores condições de influenciar e controlar a educação de seus filhos.

Por isso, é fundamental discutir e porque pode ser instigante saber sobre os limites e as consequências da parentocracia na educação dos filhos, buscando uma relação saudável e equilibrada entre pais e filhos, que permita o desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes.

A parentocracia é um tema relevante para a formação de pedagogos porque se relaciona diretamente com a forma como os pais exercem sua influência na educação dos filhos. Os pedagogos são responsáveis por compreender como essa relação pode afetar a aprendizagem das crianças e jovens e como podem atuar para garantir que essa influência seja saudável e positiva. Além disso, a parentocracia pode afetar o ambiente escolar, especialmente quando os pais se envolvem em decisões escolares e tomam uma posição de autoridade. Portanto, os pedagogos precisam estar cientes dessa dinâmica para poder trabalhar com as famílias e garantir um bom trabalho em equipe.

Sua relevância social é que a escolha de carreira, por exemplo, é uma decisão importante na vida de uma pessoa e pode afetar sua felicidade e bem-estar. A pressão dos pais pode levar os filhos a escolherem carreiras que não são adequadas para eles, o que pode levar a insatisfação e infelicidade no trabalho.

Como um modelo social em que pais têm poder excessivo na vida dos filhos, a parentocracia pode causar problemas na educação, afetando a autoestima e a autoconfiança dos filhos. Além disso, pode perpetuar desigualdades de gênero e perpetuar estereótipos nocivos.

Portanto, a discussão sobre a parentocracia é de extrema relevância para a promoção de uma educação mais justa e equilibrada, em que os filhos possam ser ouvidos e respeitados.

Este TCC está distribuído em quatro seções, incluindo esta introdução. Na seção seguinte apresentamos a metodologia que permeiou a pesquisa. Na terceira seção apresentamos algumas subseções com as categorias de análises e interlocutores que foram nossas referências: A primeira subseção intitulada Parentocracia fenômeno da sociedade atual; segunda subseção – Elites, classes médias e suas visões de escola; terceira subseção – Classe média e suas estratégias familiares; quarta subseção – Práticas familiares da classe média – os docentes universitários; quinta subseção – A parentocracia reiterando as estruturas desiguais educacionais. Nesta seção temos uma linha de argumentação que busca responder nosso problema de pesquisa. Particularmente temos uma seção que trazem os resultados onde

buscamos, pontualmente, dar conta da problemática aqui investigada, de maneira objetiva. A última seção são nossas considerações gerais. Aqui respondemos diretamente a nossa pergunta norteadora para não deixar margem de dúvidas quanto aos resultados que achamos.

2. METODOLOGIA.

2.1 Pesquisa bibliográfica.

O estudo é baseado em pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica nada mais é do que a pesquisa que se utiliza de artigos e materiais já publicados para dar a credibilidade a temática trabalhada, como SEVERINO (2013, p.106) cita:

> A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. SEVERINO (2013, p.106)

A pesquisa bibliográfica torna-se importante para conhecer a temática a ser trabalhada, mas também para que o autor do texto acadêmico tenha validada sua pesquisa, este tipo de pesquisa é feito através da análise de artigos, teses, dissertações e afins que vão se tornar fonte para pesquisa sobre a temática a ser exposta.

Não se deve utilizar quaisquer fontes sem a devida verificação da veracidade da pesquisa, pois havendo uma falha ou discordância no material utilizado para o embasamento teórico acaba descredibilizando a pesquisa e causando um prejuízo ao trabalho já elaborado.

Para MARCONI e LAKATOS (2017, p. 216) aborta de forma mais sucinta o que é a pesquisa bibliográfica e quais os instrumentos utilizados para uma pesquisa acadêmica na qual ela cita que:

> A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, artigos científicos impressos ou eletrônicos, material cartográfico e até meios de comunicação oral: programas de rádio, gravações, audiovisuais, imagens e programas de televisão. Sua

> finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritas de alguma forma. MARCONI e LAKATOS (2017, p. 216)

Ao que foi exposto não devemos reduzir a pesquisa bibliográfica a uma repetição do que já foi explorado e expostos nos materiais a serem usados como referência, este tipo de pesquisa trará uma nova visão e compreensão inovadoras do assunto explorado, MARCONI e LAKATOS (2017) também destacam que pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, visto que propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

Do ponto de vista operacional estamos trabalhando com os seguintes descritores e com o bolleano “AND” de modo que nossa busca obedeceu às seguintes combinações: Parentocracia AND Escolarização; Parentocracia AND Classes Médias; Parentocracia AND Desigualdades escolares; Parentocracia AND Elites Educacionais

Por enquanto, nossas fontes de pesquisas então adstritas ao sítio Google Acadêmico onde encontramos as fontes dos artigos científicos consultados e no sítio Periódicos da Capes que nos forneceu outros trabalhos que serão compilados na última secção s ser construída. No decorrer da pesquisa vamos aprofundar a investigação bibliográfica a fim de responder de modo científico o problema de pesquisa aqui levantado.

3. PARENTOCRACIA: para além da meritocracia – um projeto coletivo familiar.

3.1. PARENTOCRACIA: FENÔMENO DA SOCIEDADE ATUAL.

Santos, Pereira e Santos (2018) objetivaram analisar nos dados coletados em pesquisa específica, as estratégias mobilizadas pelas famílias pertencentes a grupos da classe média, identificando a tendência contemporânea de transição da meritocracia à parentocracia, categoria central para esta pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso.

Defendem as autoras que as famílias de classe média tem aumentado e diversificado suas estratégias de escolarização em benefício do sucesso escolar de seus filhos, explorando seus recursos culturais e econômicos, para organização e sistematização do cotidiano dos filhos, propondo a estes um conjunto de atividades que contribuem para o desenvolvimento de suas competências intelectuais, efetiva e psicomotoras, denominadas pelos pesquisadores da sociologia da educação de “cultivo orquestrado”, como forma de ascender ou manter a posição social. As autoras tomam como base importantes interlocutores autores como Nogueira, Silva, Fialho, Adrião dentre outros.

Segundo Nogueira (2012), a partir do século XX, as reformas neoliberais, que resultaram na minimização das funções do papel do Estado, a desregulação e flexibilização das leis, aliadas a defesa do livre mercado, proporcionaram as condições para o enfraquecimento da Meritocracia e o surgimento da Parentocracia educacional.

Para Brown (1999), o termo parentocracia refere-se à interferência dos pais na carreira escolar dos filhos, estando agora estes dependentes dos investimentos. “Por ‘parentocracia’, Brown (1999) identifica o processo pelo qual a “[...] educação de uma criança é cada vez mais dependente da riqueza e dos desejos dos pais, em vez da capacidade e dos esforços da criança” (Brown, 1999 *apud* Santos, Pereira e Santos, 2018,p.4)

Citando Bourdieu (2007) Santos, Pereira e Santos (2018) destacam que a abertura da escolarização à grande parcela da população gerou um

acirramento nas competições do mercado, que cada vez mais buscam a longevidade na carreira escolar. Assim, “[...] para garantir sua reprodução, as frações da classe dominante (empresários da indústria e do comércio) e das classes médias (artesãos e comerciantes), mais ricas em capital econômico, tiveram de intensificar fortemente a utilização que faziam do sistema de ensino”.

É possível perceber, assim, que a parentocracia nas sociedades contemporâneas é um fenômeno que apresenta o protagonismo das famílias como um dos seus aspectos mais inovadores, no qual se verifica um esforço contínuo e crescente das famílias em mobilizar estratégias para criar condições favoráveis ao êxito escolar dos filhos, visando à ascensão social e econômica.

Van Zanten; Darchy-Koechelin destacam que os pais tentam redirecionar os destinos determinados pelos resultados escolares (com aulas particulares, por exemplo) e se submetem cada vez menos à lógica da instituição escolar “eles fazem de tudo para que seus filhos frequentem a melhor escola” (Van Zanten; Darchy-Koechelin 2005, citado por Santos, Pereira e Santos 2018,p.4). É isso a parentocracia. Ela significa que a escola sofre a concorrência das estratégias dos pais.

Adrião (2014), por sua vez, ressalta que “No espaço social, os agentes buscam a educação para manter ou melhorar suas posições e, para tanto, acionam estratégias vigentes nesse campo para apropriarem-se do que lhes é de conveniência em outros”. Os jogadores se utilizam dos diversos capitais (econômico, cultural, social e simbólico) como forma de ascender ou manter a posição social.

Para Santos, Pereira e Santos (2018) as estratégias utilizadas pelas famílias da classe média se intensificaram a fim de que sua posição social seja assegurada ou haja a possibilidade de ascensão. As famílias se utilizam da parentocracia para gerar distinção a seus filhos, a fim de que estes possam estar mais bem preparados para competir nos mais diversos campos sociais, porém, não se pode conceber as estratégias como fruto de um planejamento previamente deliberado e orquestrado, e sim, de uma intencionalidade não racional, que vai se construindo inconscientemente, ao longo do jogo social.

Compreender o conceito de parentocracia, nos possibilita compreender o fenômeno nas estratégias adotadas pelos pais para realizar em

seus filhos o sucesso escolar e profissional. Com isso a escolha do estabelecimento de ensino é uma das estratégias que mais expressam a parentocracia, pelo fato de demonstrar as expectativas e a representação que os pais possuem em relação à escola.

Os autores acima, corroboram em seus estudos, a tendência atual das classes médias de intensificarem seus investimentos na escolarização, valendo-se de diversas estratégias maximizando seus capitais culturais e econômicos em benefício do sucesso escolar de seus filhos.

Estudar parentocracia, portanto, revela possibilidades de compreender fenômeno atual e conhecer estratégias adotadas pelos pais de classe média para o sucesso escolar dos filhos. Os argumentos e esclarecimentos que os autores acima trouxeram lançam luzes, sem dúvidas, para uma melhor compreensão sobre o que é parentocracia e meritocracia.

Para quem é profissional da educação este objeto de estudo pode ajudar na compreensão da participação dos pais na vida escolar dos filhos no que se referem a acompanhar as notas do boletim etc. Além disso, é quase unanimidade na sociologia da educação que pais com mais recursos financeiros, podem converter o capital econômico em capital escolar, sendo esta uma das estratégias das classes mais privilegiadas para conservar a posição social de seus filhos.

É realmente revelador perceber no diálogo com os autores acima que a escolha do estabelecimento de ensino é uma das estratégias que mais expressam a parentocracia, pelo fato de demonstrar as expectativas e a representação que os pais possuem em relação à escola. As famílias parentocráticas esperam que os filhos possam aprender os conteúdos escolares; estar preparados para o mercado de trabalho; desenvolver o valor do esforço e perpetuarem ou melhorarem suas posições sociais.

Expressamos nossa preocupação com a educação das classes menos favorecidas, pois segundo Amelia Hamze (2005) a escola pública que temos é a escola pública que o Estado nos quer contemplar, e este é o objetivo da dominação ideológica e da manutenção da ordem social. A escola que queremos, não é aquela que o Estado capitalista quer e de acordo com Frigotto (2006), “o papel da educação na ideologia capitalista atual, expressado pelo

conceito de empregabilidade, é produzir um “cidadão mínimo” carente de capacidades cívicas”.

De acordo com Gentili (2009), “Educados num sistema escolar pulverizado e segmentado, coabitados por circuitos educacionais de oportunidades e qualidades diversas; oportunidades e qualidades que mudam conforme a condição social dos assuntos e os recursos econômicos que eles têm para acessar a privilegiada esfera dos direitos da cidadania”, ressalta com esse pensamento a desigualdade dos sistemas escolares.

3.2. ELITES, CLASSE MÉDIA E SUAS VISÕES DE ESCOLA.

Saber como a educação é utilizada para manter as posições de poder na sociedade é estudá-la para melhor observar as desigualdades sociais.

Defendem Cattani e Kieling (2007) que as classes dominantes se constroem continuamente e se mobilizam de todas as formas para assegurar sua reprodução ampliada, sua existência cotidiana com vistas à preservação e à transmissão das posições dominantes para seus descendentes. A formação ideológica na família e o período de formação nas instituições escolares são partes importantes do processo de construção de classe.

Esses autores, amparados por Pinçon e Pinçon-Charlot destacam que “as classes dominantes se constroem continuamente, mobilizam-se sem parar para manter sua reprodução ampliada, para assegurar sua existência cotidiana com vistas à preservação e à transmissão das posições dominantes para seus descendentes”.(Pinçon e Pinçon-Charlot, 2003 *apud* Cattani e Kieling 2007,p.174).

Antônio David Cattani e Francisco dos Santos Kieling (2007) apontam que a formação ideológica na família e nas instituições qualificadas e a escolarização formal são parte obrigatória desse processo de construção de classe. Os autores destacam que entre outros aspectos, o ambiente escolar frequentado pelos seus pares, constitui-se numa etapa importante da socialização dos futuros detentores da riqueza e dos privilégios. A rede de relações iniciada num momento particular da adolescência tende a manter-se e a reproduzir-se de forma pragmática e utilitarista quando o momento se fizer necessário. Para os autores esse é o grande trunfo das escolas para os muito

ricos: serem empreendimentos comerciais, em princípio, altamente rentáveis, contribuindo, ao mesmo tempo, para a formação e a reprodução da classe dominante.

Cattani e Kieling (2007) ao tratar sobre a temática da escolarização dos setores dominantes no Brasil destacam que a temática da escolarização dos ricos está fortemente influenciada pelos estudos realizados na França por Pierre Bourdieu. Segundo os autores o grande sociólogo francês tornou-se referência obrigatória quando o tema é o papel da escola enquanto instância de reprodução e de naturalização das situações de classe. Os autores asseveram que aos poucos, começaram a surgir estudos visando medir o impacto do sistema educacional na reprodução das desigualdades, no aumento dos privilégios de uma parcela reduzida da população. Cattani e Kieling (2007) citando Décio Saes (2003) em ensaio sobre a educação e reprodução social, trazem uma contribuição sobre a relação entre escola e hierarquização social.

Por outro lado, segundo Saes “a campanha por uma escola para todos é promovida pelas classes médias” (Saes, 2003 citado por *Cattani e Kieling* 2007, p.176). Tais agentes fazem essas reivindicações não por necessitarem da escola pública para reproduzirem sua condição social, pois, geralmente, os membros das classes médias são formados pelas escolas privadas. Essas classes se engajariam no processo de universalização do ensino básico para se manterem em uma posição relativamente superior à das classes baixas. A escola pública para todos – inferior em qualidade – seria o padrão básico de comparação, a partir do qual se daria a seleção social e sua hierarquização.

No tópico onde os autores tratam sobre escolas para as classes dominantes, Cattani e Kieling (2007), novamente, destacam que estudos recentes sobre a escolarização das classes dominantes existem em número reduzido. Os autores apontam que entre eles, se destaca a coletânea A Escolarização das Elites – um panorama internacional de pesquisa, organizada por Ana Maria Almeida e Maria Alice Nogueira (2003). Entre os 12 capítulos da obra, cinco analisam situações brasileiras, apresentando resultados inéditos sobre o tema. Igualmente importantes, são as contribuições de Zaia Brandão (2003a, 2003b), de Norberto Dallabrida (2001) e de Francisco Kieling (2005).

Segundo eles, as pesquisas sobre as escolas que atendem a frações da classe dominante foram realizadas em São Paulo por Ana Maria Almeida, no Rio de Janeiro por Zaia Brandão e Isabel Lellis, em Florianópolis por Norberto Ballabrida e em Porto Alegre por Francisco dos Santos Kieling. Todas elas constituíram estudos de caso nos quais foi possível identificarem-se especificidades de cada escola, sem possibilidades de generalizações nacionais.

Cattani e Kieling (2007) citam Francisco dos Santos Kieling (2005) que desenvolveu uma pesquisa pela qual procurou compreender a estrutura ideológica que preside as diferentes relações estabelecidas entre uma escola que atende a algumas frações da classe dominante de Porto Alegre e os demais grupos sociais também usuários da escola. Segundo os autores o estudo indica a existência de uma forma de socialização menos rígida, subjugada aos interesses de frações das classes dominantes. Ao invés de o estudante ser moldado pela escola, esta trabalha para se adequar a ele e às exigências da família e do grupo social mais abastado. A pesquisa de Kieling (2005) revela que a instituição de ensino concentrada em atender os grupos com maior poder aquisitivo, desenvolve relações distintas e assimétricas com os outros segmentos. Num grupo aparentemente homogêneo, aparecem distâncias sociais significativas entre os muito ricos e os demais. Quando ocorre um conflito interno no qual a direção é chamada a atuar como mediadora, esta, a partir do conhecimento da posição social dos conflitantes, determina a resolução do problema a favor daquele de maior valor para a escola, invariavelmente o que pertence a uma família de poder econômico mais elevado.

Noutro giro, Cattani e Kieling (2007) amparados por Nogueira (2003) apontam que nas pesquisas com as famílias altamente elitizadas a escola é vista como meio de manutenção do status social adquirido. Em geral, os jovens privilegiados parecem se inserir com mais intensidade no mundo do trabalho do que no da escola, ou seja, a participação no trabalho empresarial desde o início da adolescência socializa esse jovem no mundo dos negócios, extra escolarmente. Tal inserção privilegiada no mundo do trabalho dispensa uma base de conhecimentos propiciada pela escola, constituindo-se numa forma de

fuga do fracasso escolar. Os jovens dessas famílias de extratos tipo A são matriculados em escolas particulares de baixa qualidade, com o único intuito de obter os títulos que legitimam posteriormente as posições já garantidas e para as quais eles se prepararam nas empresas dos pais.

Cattani e Kieling (2007) ao ocuparem-se sobre “padrão cultural diferenciado”, declaram que os estudos que envolveram a escolarização e a socialização da classe dominante no Brasil indicam uma realidade muito diferenciada daquela considerada nos escritos de Pierre Bourdieu. Se, na França e em outros países economicamente avançados, existe a valorização da alta cultura, do domínio sobre conhecimentos científicos e da obtenção de títulos universitários em universidades de grande prestígio, o mesmo não acontece no Brasil. Aqui, parece existir um padrão rebaixado da formação escolar de parte das classes dominantes, como se o seu poder estivesse tão consolidado, que elas pudessem renunciar a recursos simbólicos propiciados pela educação formal.

Os estudos acima revelam que existe uma diferença profunda nos contextos nacionais. Nos estudos de autores franceses clássicos como Bourdieu no que tange aos graus de excelência buscados pela alta burguesia francesa e que no Brasil, parece existir um padrão rebaixado da formação escolar de parte das classes dominantes, como se o seu poder estivesse tão consolidado, que elas pudessem renunciar a recursos simbólicos propiciados pela educação formal. Isto nos parece pertinente!

Entretanto, mesmo sabendo que Bourdieu nos fornece um importante quadro macrossociológico de análise das relações entre o sistema de ensino e a estrutura social, este quadro em relação à educação das classes dominantes no Brasil precisa, no entanto, ser completado e aperfeiçoado por análises mais detalhadas. Considerado que se faz necessário, em especial, um estudo mais minucioso dos processos concretos de constituição e utilização do *habitus* familiar, bem como uma análise mais fina das diferenças sociais e contextos de escolarização entre as famílias das classes dominantes no Brasil.

Portanto, importa de fato estudar os processos específicos de produção e reprodução desenvolvidos pelas frações das classes que estão no topo da pirâmide social porque é indispensável para se compreender as relações

de dominação, de exploração e de sociabilidade. A legitimidade das classes dominantes é construída, graças a múltiplas formas, valendo-se da utilização de recursos culturais e educacionais distintos das classes menos favorecidas. As elites, portanto, como acessam em mais quantidade os recursos sociais tendem, como sempre, a levar vantagem.

Riedner e Pereira (2012) revelam que há diferentes grupos de elite, que possuem peculiaridades específicas, mas que se caracterizam pela consciência de si e pelo reconhecimento dos outros, por se tratar de um grupo distinto, não só pela posse de capital econômico, mas também pela posse de capital cultural, social e escolar e que as estratégias escolares são resultantes de *habitus* determinados, construídos de acordo com as condições específicas de cada grupo familiar e com base nos capitais possuídos pelo grupo. As autoras asseveram que tendo como base estudos empíricos notadamente franceses, consideram que esse trabalho é um marco para a construção de um objeto de pesquisa que apontou no campo da Sociologia da Educação como uma necessidade de, segundo Nogueira (1991) se atentar para certos aspectos relativos a essas estratégias e comportamentos que permanecem ainda, em boa parte, fora da mira do sociólogo da educação.

Riedner e Pereira (2012) citando Nogueira, Romanelli e Zago (2008) destacam que no Brasil, ainda não logramos desenvolver uma tradição de estudos sobre o tema das relações que as famílias mantêm com a escolaridade dos filhos. As autoras amparadas por Nogueira, Romanelli e Zago (2008) consideram que estamos num campo ainda pouco explorado na pesquisa em educação e se apresenta como um desafio, visto que ainda não há uma organização, classificação, levantamento ou um ‘estado da arte’ das diferentes tendências temáticas e teórico-metodológicas dos estudos que abordam as relações entre as famílias e a educação escolar, no Brasil.

“É notório que o acesso aos vários níveis do sistema educacional depende da origem socioeconômica dos estudantes” (Paul,1989; Schwartzman,1992 *apud* Riedner e Pereira, 2012, p. 29), o que coloca em pauta, também de acordo com Romanelli (2008), as condições econômicas e culturais das famílias. Zago (2008) por sua vez, considera que dessa forma, no processo de escolarização, o sucesso escolar pode depender diretamente do capital

cultural investido previamente pela família, que através de suas ações materiais e simbólicas, tem um papel importante da vida escolar dos filhos.

Ainda dizem Riedner e Pereira (2012), que para compreender a formação das elites ou dos “muito ricos” é necessário compreender primeiro a estrutura econômica e política do país onde as elites se constituem e, no caso do Brasil, que possui características geográficas continentais e peculiaridades regionais, é necessário segundo as autoras, entender também a estrutura econômica, social e política local. Amparadas por Cattani e Kieling (2007) destacam que as escolas que os muito ricos frequentam são empreendimentos comerciais altamente rentáveis, que contribuem para a formação das elites. Para Riedner e Pereira (2012) a educação institucionalizada constitui-se em uma etapa importantíssima no processo de socialização daqueles que serão futuros detentores da riqueza e dos privilégios que ela pode trazer.

Não é simples tratar sobre classe social e escolarização. Burawoy (2010) citando Bourdieu destaca que as estruturas da sociedade operam como um jogo, um jogo social no qual os agentes são os jogadores em campos determinados pelo seu nível de capital econômico, social e cultural, e onde “a ação estratégica torna-se rapidamente uma luta para conservar ou para subverter os poderes dominantes no interior do campo” (Burawoy, 2010 *apud* Riedner; Pereira, 2012, p. 34) .

Riedner e Pereira (2012) citando Bourdieu (2007) apontam que o investimento da família é sempre uma ação que nos leva a considerar a importância e o peso das relações entre os capitais cultural e econômico nas estratégias postas em prática no processo de escolarização. Para as autoras a própria constituição do *habitus*, como princípio gerador das práticas e estratégias, nos permite conhecer a visão de mundo das elites e compreender como se constituem os critérios de excelência escolar nesse campo e nesses processos que envolvem a escolarização.

Mas não podemos esquecer que há diferentes tipos de elite, que possuem peculiaridades específicas. Riedner e Pereira (2012) apontam que há uma elite econômica que busca o capital escolar e o capital social, e há uma elite escolar que busca o capital cultural e social e que deve o seu nível de capital econômico à posse do capital escolar. Eles evidenciam que o capital cultural

possuído e mobilizado pela família no processo de escolarização, nos remete ao reconhecimento da importância da ação da família no processo de socialização, que compreende uma ação de transmissão de valores, saberes e práticas distintas. Entendendo a família como a base das estratégias de reprodução, sabemos, segundo Bourdieu, que “investem mais na educação escolar quanto mais importante for seu capital cultural e quanto maior for o peso relativo de seu capital cultural em relação a seu capital econômico” (Bourdieu, 2008 citado por Riedner; Pereira, 2012, p. 48)

Por sua vez, em Singly fala que “o capital dominante na sociedade hoje é o capital escolar” (Singly, 2007 citado por Riedner; Pereira, 2012, p. 48). A sociedade é regida pelo modo de produção que têm sua base na educação escolar, nos títulos escolares. De acordo com as condições específicas de cada grupo familiar e com base nos capitais possuídos, as “estratégias educativas de mobilização” têm como objetivo garantir a manutenção ou melhoria da posição dos agentes nos campos onde são acionados.

Os autores e autoras acima trouxeram questões muito interessantes e úteis para quem pretende compreender quais são os diferentes grupos da elite brasileira identificáveis nos estudos sobre a escolarização das elites e quais as estratégias têm sido acionadas pelas famílias para garantir o sucesso escolar dos filhos nos diferentes grupos da elite. Os argumentos e esclarecimentos lançam luzes, sem dúvidas, para uma melhor compreensão da escolarização das elites ou classes dominantes brasileiras.

Para quem é profissional da educação estudar os processos específicos de produção e reprodução desenvolvidos pelas frações das classes que estão no topo da pirâmide social é indispensável para se compreenderem as relações de dominação, de exploração e de sociabilidade.

Foi realmente revelador perceber que a literatura consultada fala que o capital dominante na sociedade hoje é o capital escolar. Ela aponta que a sociedade é regida pelo modo de produção que têm sua base na educação escolar, nos títulos escolares. De acordo com as condições específicas de cada grupo familiar e com base nos capitais possuídos, as estratégias educativas de mobilização têm como objetivo garantir a manutenção ou melhoria da posição das classes dominantes. Entendemos que oferecer educação de elite para toda

a força de trabalho é algo irrealista, pelo menos em qualquer cenário futuro minimamente possível. Entretanto, ter apenas o ensino médio é pouco para combater as diferenças de renda. Acreditamos que o Brasil precisa massificar o acesso à universidade para ter um resultado melhor na queda da desigualdade. Nas últimas décadas, o ensino superior foi expandido, mas ainda precisa ser muito mais.

Por outro lado, Ana Sofia Antônio e Antônio Teodoro (2011) mostram resultados preliminares de uma investigação sobre a escola, vista a partir de artigos de opinião publicados na imprensa portuguesa (em Portugal) e conhecer o conceito da nova classe média, definido por Bernstein, os seus valores e as suas expectativas para com a escola e perceber as implicações da meritocracia na escola e nas tomadas de decisão dos pais e do Estado. Defendem eles que o poder que os jornais assumem, nos dias de hoje, permite-nos admitir que os artigos de opinião têm efeito no sistema de crenças e de valores dos seus leitores e em decorrência disso responder à questão: que relações se podem identificar entre os artigos de opinião sobre a educação publicados em dois jornais de referência na imprensa portuguesa – no Diário de Notícias e no Público – e os valores e aspirações defendidos pela nova classe média.

Os autores amparam seus argumentos em alguns dos artigos de opinião estudados e referidos ao longo do texto que permitem levantar a hipótese de estes assumirem e legitimarem a parentocracia, conceito introduzido por Phillip Brown para referir “uma maior participação dos pais na vida escolar dos seus filhos” (Phillip Brown, 1990 *apud* Antônio; Teodoro, 2011. p .159).

Os autores amparados por Stoer & Magalhães (2005) procuram perceber como a parentocracia, ao permitir a diferenciação da escolarização em função do grupo social, pode conduzir ao mandato meritocrático renovado.

Ana Sofia António e António Teodoro (2011) destacam que o seu interesse em olhar a Escola e os professores através de artigos de opinião publicados na imprensa teve origem na verificação de que muitos professores manifestavam uma acentuada insatisfação face às alterações que ocorrem na escola e que essas alterações passam pelas novas exigências colocadas na atividade docente, mas também pela modificação das características dos alunos.

Os autores portugueses dizem que o poder que os jornais assumem, nos dias de hoje, permite-nos admitir que os artigos de opinião têm efeito no sistema de crenças e de valores dos seus leitores. Além de serem instrumentos com valor social, os jornais podem constituir o único meio de acesso aos temas do debate público, pelo menos, para uma parte da população que pertencem, sobretudo a classes sociais mais privilegiadas e que se interessam, principalmente, por conteúdos ligados à política nacional e internacional, à economia ou à cultura.

De acordo com Sá (2004), “a respeito da importância dos meios de comunicação para a interpretação da realidade, considera que a comunicação social, nas suas diferentes modalidades, constitui hoje também um importante agente de institucionalização, produzindo e difundindo determinados fatos, silenciando outros, propondo guiões de leitura da realidade sociopolítica, econômica e cultural” (Sá, 2004 citado por Antônio; Teodoro, 2011. p . 161).

Segundo Ana Sofia Antônio e Antônio Teodoro (2011), nos artigos de opinião sobre a educação são notórios os comentários pouco positivos a respeito da escola pública portuguesa, nomeadamente quando são publicados os *rankings*. Igualmente, os apelos aos exames e à importância do mérito individual, existentes em alguns desses artigos, apresentam correspondência com os valores que definem a nova classe média e os autores destacam que Magalhães e Stoer (*ibidem*) fazem alusão à investigação de Bernstein que chamou a atenção para a emergência nos meados do século XX de uma nova classe social média que se caracterizaria pelo investimento no capital cultural e escolar em detrimento, por exemplo, do investimento na propriedade como estratégia de classe e François e Poupeau fazem, por sua vez, alusão “à importância que a classe média atribui à Escola” (François; Poupeau, 2004 citado por Antônio; Teodoro, 2011. p . 161).

Para Ana Sofia António e António Teodoro (2011) os artigos de opinião sobre a educação assumem e legitimam a parentocracia na nova classe média em Portugal. Mas, considerando também que os artigos publicados refletem uma cultura meritocrática, esses autores definem como segunda hipótese que os artigos de opinião sugerem que o investimento no capital escolar se faz através de uma pedagogia centrada no saber. Eles concluem que alguns

dos artigos de opinião estudados apontam para a defesa da parentocracia. Não raramente defendem a necessidade de criar um sistema de livre escolha para que todos tenham acesso a uma escola de qualidade, recorrendo-se as metáforas da gestão. Em outros artigos depreende-se a necessidade de implementar um sistema de valorização do conhecimento, da exigência e do mérito de forma a diminuir o mal-estar, o abandono escolar, a violência e as desigualdades entre os alunos. Contudo segundo os autores, nem todas as famílias têm a mesma capacidade de escolha. O direito de escolha da escola não se refere apenas às escolhas individuais de uma determinada família; este direito diz também respeito às questões de igualdade e de acesso democrático ao sucesso escolar. Os autores perceberam que em alguns dos artigos de opinião analisados surge a noção de meritocracia e que outros comparam o desempenho da escola à perda de elitismo e ao esmorecer da excelência acadêmica. Isto permite discutir a possibilidade de a parentocracia se relacionar com a meritocracia, como parece sugerir Eduardo Marçal Grilo em "Escolher a escola", publicado pelo Público a 17 de fevereiro de 2006: "*é um novo conceito de escola pública (…) mais responsáveis e mais capazes de responder às exigências de um ensino de qualidade*" (Grilo, 2006 *apud* Antônio; Teodoro, 2011. p . 175). Assim, se algumas vozes anunciam a sua insatisfação perante o desempenho da escola, por ainda não cumprir as promessas de igualdade, para outros esta perdeu a capacidade de distinguir.

O texto de Ana Sofia Antônio e Antônio Teodoro (2011) aborda questões importantes para quem pretende entender as relações entre os artigos de opinião sobre a educação publicados em jornais de referência na imprensa portuguesa como no Diário de Notícias e no Público e os valores e aspirações defendidos pela nova classe média. Os argumentos e esclarecimentos lançam luzes, sem dúvidas, para uma melhor compreensão da problemática e do poder que os jornais e os artigos de opinião têm sobre o sistema de crenças e de valores dos seus leitores. Para quem é profissional da educação o texto pode ajudar na compreensão das problemáticas da educação a partir do ponto de vista do outro e perceber como as expectativas dos pais, face à vida escolar dos seus filhos, podem ser moldáveis e legitimáveis.

Foi realmente revelador perceber que os autores questionam: que relações se podem reconhecer entre os artigos de opinião sobre a educação, publicados em jornais de referência, e os valores e as aspirações defendidas pela nova classe média? De acordo com Ana Sofia Antônio e Antônio Teodoro (2011) a resposta para este questionamento está em saber que os leitores dos jornais de referência pertencem à classe média e estão atentos ao percurso escolar dos seus filhos.

Também chamou minha atenção a linha argumentativa de Ana Sofia Antônio e Antônio Teodoro (2011) em delinear como primeira hipótese que os artigos de opinião sobre a educação assumem e legitimam a parentocracia na nova classe média. Mas, considerando também que os artigos publicados refletem uma cultura meritocrática, definiram também como segunda hipótese que os artigos de opinião sugerem que o investimento no capital escolar se faz através de uma pedagogia centrada no saber. Neste sentido, entendemos que os autores fazem a melhor das interpretações.

Ao final, os autores sugerem um cenário alternativo, onde a parentocracia pode ser entendida como um meio de facilitar a diferenciação da escolarização em função do grupo social e, deste modo, permitir a criação ou manutenção da elite escolar. Neste panorama, a parentocracia surgirá como um meio de seleção legítimo, em que os pais surgem como os responsáveis pelo percurso escolar dos seus filhos. Todavia, o que parece ser estimulado pela parentocracia, no seu aspecto estrutural, é a legitimação das desigualdades escolares devido às condições materiais de existência, os estoques de capitais – inclusive o informacional – que ativam as preocupações das famílias parentocráticas em manter, a alto custo, sua posição social.

3.3. CLASSE MÉDIA E SUAS ESTRATÉGIAS FAMILIARES

Em “Convertidos e Oblatos (...)”, Nogueira (1997) pretende reconstituir senão de forma exaustiva, ao menos em seus traços principais a análise que faz o sociólogo francês Pierre Bourdieu das estratégias educativas e escolares das diferentes frações das classes medias, colocando-as no quadro mais geral das estratégias de reprodução postas em prática por essas classes.

Para tanto, faz-se necessário abordar preliminarmente a composição, o éthos, os estilos de vida próprios dessa camada, e a sua relação com a cultura.

Defende Nogueira (1997) que na obra de Pierre Bourdieu encontram-se os instrumentos teóricos adequados que tem levado a compreensão das relações que se estabelecem entre as trajetórias e as estratégias escolares próprias das famílias pertencentes às camadas intelectualizadas e suas condições mais gerais de existência. É, portanto, por ver na obra desse autor as bases para a construção de uma sociologia das relações, classe média/escola que se propõe a examinar os traços principais do que seria tal perspectiva de análise. A autora ampara seus argumentos na análise que faz o sociólogo francês Pierre Bourdieu das estratégias educativas e escolares das diferentes frações das classes médias.

Nogueira (1997) destaca ainda que autores como Alain Accardo e Philippe Corcuff (1986) comentam algumas críticas feitas por antigos colaboradores de Pierre Bourdieu a suas teses sobre a cultura popular. Segundo a autora nessas críticas, há como uma forma de reconhecimento de que as análises de Bourdieu a respeito das práticas culturais das diferentes classes sociais, “são tanto mais ricas quanto mais elevada for a posição da classe na estrutura social” (Alain Accardo; Philippe Corcuff,1986 *apud* Nogueira,1997. p. 109).

Para Nogueira (1997) é forçoso reconhecer que se a análise de Bourdieu revela-se menos rica no tratamento das classes populares é um verdadeiro processo de “dissecação fina” que ela submete as diferentes frações das classes medias e das elites. Para a autora parece ser a razão pela qual os estudos que têm se ocupado das práticas educativas familiares nos diferentes meios sociais, recorrem sistematicamente às teses de Bourdieu quando se trata de analisar a questão no âmbito das classes médias e das camadas cultas das classes medias e das classes dominantes.

A autora organizou o artigo “Convertidos em Oblatos [...]” em cinco tópicos. No primeiro tópico, Nogueira (1997) discute algumas observações necessárias acerca da noção de classe social em Bourdieu. A autora assevera que o fundamento dessa nova teoria reside na percepção de que a simples condição de classe ou mesmo a posição ocupada no interior das relações

econômicas, não são suficientes para designar as propriedades comuns que fazem de um simples conjunto de indivíduos um grupo social relativamente homogêneo. É preciso considerar ainda a posição nas relações de produção cultural e também, o fato de que essas posições de classe correspondem a um sistema de disposições de agir, pensar, sentir, perceber, que expressa sob a aparência de preferencias individuais, as estruturas sociais externas das quais ele é originário. A essas disposições, Bourdieu (1979) denomina *habitus*. “A classe social não se define somente por uma posição nas relações de produção, mas pelo habitus de classe que esta normalmente (isto é, com uma forte probabilidade estatística) associada à essa posição” (Bourdieu, 1979) .

Na segunda secção Nogueira explicita o conceito de classes medias segundo Bourdieu. De acordo com a autora se a expressão classes média não deixa de ser utilizada por Bourdieu é sem dúvida, sobre o termo “pequena burguesia” que recai sua preferência. Na verdade, é em torno da palavra pequeno que se constrói sua trama explicativa visando dar conta da realidade dessas classes. Nogueira (1997) destaca que para Bourdieu (1979), a pequena burguesia divide-se em três frações: A pequena burguesia em declínio, a pequena burguesia de execução ou de promoção e a nova pequena burguesia. Na terceira secção, a autora destaca que com a teoria das classes sociais de Bourdieu (1983), não se conseguiria atingir o cerne de sua definição de classes médias sem levar em conta o *éthos*, a ética, enfim os motivos de vida dessas classes.

Na secção 4, Nogueira (1997) considera necessário relembrar as teses de Bourdieu em relação ao diferencial, entre as classes sociais, no modo de aquisição da cultura e o papel extremamente importante que elas desempenham no conjunto da teoria. A autora destaca que há uma polarização estabelecida por Bourdieu entre os dois modos de aquisição de cultura: Por parte das classes dominantes é a transmissão de uma herança cultural que se dá de modo total, precoce, inconsciente desde a primeira infância no seio da família. O outro modo, temos, por parte das classes desfavorecidas, um aprendizado mais tardio, metódico, obtido através de uma ação escolar.

E por fim na quinta secção a autora trata sobre a Relação com a Escola, Nogueira (1997) assevera que Bourdieu (1989) reconhece que a

propensão a investir no trabalho escolar depende demais de um valor. Segundo a autora, isso significa que essa disposição não depende somente, como se poderia apressadamente crer, do volume do capital cultural possuído, ou do sucesso escolar anterior, atual ou esperado, mas depende também da estrutura do capital familiar. A autora explica que quanto maior for o peso relativo do capital cultural na estrutura do patrimônio, maior será a propensão a investir no mercado escolar porque é nele, diante da ausência ou da posse limitada de outras espécies de capital que estará baseado o processo de reprodução desse patrimônio.

> *O "interesse" que um agente (ou uma classe de agentes) tem pelos "estudos" (e que é, justamente com o capital cultural herdado, do qual ele depende parcialmente, um dos fatores mais poderosos do sucesso escolar), depende não somente do seu êxito escolar atual ou pressentido (i e, de suas chances de sucesso dado seu capital cultural), mas também do grau em que seu êxito social depende de seu êxito escolar (Bourdieu, 1989ª 393).*

A autora conclui que as análises de Bourdieu merecem comentários críticos, mas que os fará posteriormente em outro texto e que se limitou a reconstituir esquematicamente os pontos que dirigiram o raciocínio do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Segundo Nogueira (1997), não se satisfazendo com a noção de uma luta de classes que se reduz a oposição objetiva entre os grupos sociais, segundo sua condição ou posição de classe, Bourdieu (1989) abre espaço para uma luta de classificações que consiste nas lutas simbólicas travadas pelos agentes sociais para impor uma visão de mundo ou em outras palavras, um sistema de classificação e esquemas mentais classificatórios, cujo princípio é o da diferenciação entre os agentes sociais quanto as suas propriedades e disposições. Em suma, lutas incessantes entre os agentes para classificar e para se classificarem.

A autora destaca que a luta pelo monopólio da competência cultural, diferentemente das lutas econômicas, dificilmente se deixa ver como tal, é somente em referência a ela que se pode compreender a lógica das relações que se estabelecem em cada classe e frações de classe e o sistema escolar; em particular, o efeito de consagração e o reconhecimento que o sistema de ensino só consegue obter completamente quando prega a convertidos e oblatos. Nogueira (1997) encerra o texto afirmando que queria ao menos registrar que sua intenção foi a de tentar organizar um conjunto de ideias e de teses que vem

apresentando uma extraordinária utilidade teórica para a pesquisa acerca das relações que certas classes e frações de classe mantem com o mundo da escola.

Ao fazer uma análise de Bourdieu, Nogueira (1997) lança argumentos sobre as estratégias educativas e escolares das diferentes frações das classes medias. Os argumentos e esclarecimentos lançam luzes, sem dúvidas, para uma melhor compreensão da obra de Pierre Bourdieu onde se encontram os instrumentos teóricos adequados que tem levado a compreensão das relações que se estabelecem entre as trajetórias e as estratégias escolares próprias das famílias pertencentes às camadas intelectualizadas e suas condições mais gerais de existência.

Para quem é profissional da educação o texto pode ajudar na compreensão de um conjunto de ideias e de teses que vem apresentando uma extraordinária utilidade teórica para a pesquisa acerca das relações que certas classes e frações de classe mantem com o mundo da escola.

Percebe-se que Bourdieu reconhece que a propensão a investir no trabalho escolar depende de mais de um valor. Segundo Nogueira (1997), isso significa que essa disposição não depende somente do volume do capital cultural possuído, ou do sucesso escolar anterior, atual ou esperado, mas depende também da estrutura do capital familiar. A autora explica que quanto maior for o peso relativo do capital cultural na estrutura do patrimônio, maior será a propensão a investir no mercado escolar porque é nele, diante da ausência ou da posse limitada de outras espécies de capital que estará baseado o processo de reprodução desse patrimônio.

Concordamos com a autora, pois o capital cultural compreende a propriedade da pessoa (por exemplo, uma obra de arte, instrumentos científicos, etc.) que pode ser transmitida para obter lucro econômico (compra e venda) para ser usado como investimentos das famílias das classes médias nos estudos dos seus filhos, pois entendemos que investir em educação é uma prioridade para os pais e consideramos que o melhor investimento que os pais podem fazer é pagar por um ensino de qualidade para os filhos.

Por outro lado, Diogo; Melo; Ferreira (2018) ao analisarem as opiniões de pais das classes médias urbanas, muito escolarizadas, difundidas na blogosfera, acerca dos exames do 4º ano, no quadro do crescente investimento

na educação e escolarização dos filhos protagonizado por esse grupo social defendem pelas análises de 38 posts e 311 comentários pertencentes a 29 blogues, publicados entre 2012 e 2015 em páginas portuguesas da internet, que se evidenciou várias lógicas de fabricação de bons alunos que contrariam a suposta homogeneidade atribuída à relação das classes médias com a escola. As autoras organizaram seu artigo em cinco tópicos. No primeiro tópico, discutem Classe média e escola: Parentocracia, Reflexividade e Ansiedade num contexto de performatividade. Citando Bourdieu (1979); Magalhães e Stoer (2002), as autoras destacam que a nova classe média assalariada é detentora privilegiada de capital cultural, adquirido essencialmente por via escolar, há muito que essa fração da classe média é conhecida também pelo seu investimento na educação e escolarização dos filhos, como estratégia de reprodução-mobilidade social. Amparadas por Ball (2004); Brown (1990) e Van Zanten (2005, 2007) as autoras declaram que, no entanto, a literatura tem dado conta de uma renovação e intensificação das estratégias dos pais das classes médias, nas últimas décadas, através de um acompanhamento mais ativo da escolaridade dos filhos, como resposta à sua preocupação com a elevada incerteza em relação ao futuro dos jovens. Segundo elas, ainda, autores como Barrett Dewiele; Edgerton, (2016); Brown;(1990); e Van Zanten, (2008) têm se referido a uma crescente Parentocracia para descrever este fenômeno. De acordo com Diogo, Melo e Ferreira (2018), a noção de parentocracia é introduzida por Brown (1990) para distinguir uma nova vaga no desenvolvimento sócio-histórico da educação na Grã-Bretanha a partir dos anos 1980, na qual “os recursos e a vontade dos pais são tidos como mais importantes para definir o percurso escolar dos *alunos/filhos*, do que as capacidades e o esforço destes últimos” (Brown, 1990 *apud* Diogo; Melo; Ferreira , 2018. p. 753 *grifo meu*).

Diogo; Melo; Ferreira (2018) asseveram que de acordo com Van Zanten (2007) uma outra face do aumento da reflexividade das sociedades pós-industriais é o correspondente aumento da percepção dos riscos sociais e individuais, que atinge também a classe média de forma mais intensa e “embora mais informados e estrategicamente preparados, os pais da classe média são mais afetados pelas dúvidas e receios relativamente à forma de atuar” (Van Zanten, 2007 citado por Diogo; Melo; Ferreira, 2018. p. 754). Segundo as autoras

as suas estratégias envolvem, assim, uma crescente reflexividade como resposta a uma crescente ansiedade em relação ao futuro, num incessante ciclo de busca de mais informação e de produção de mais ansiedade.

Diogo; Melo; Ferreira (2018) citando Ball (2004) declaram não surpreender, assim, que as políticas educativas da generalidade das sociedades ocidentais tenham vindo a alimentar-se, em grande medida, da ansiedade dos pais, especialmente das classes médias, em relação ao percurso dos filhos.

No segundo tópico as autoras trazem as claras o aprofundamento de uma análise centrada nas classes medias: Questões e procedimentos metodológicos. Na pesquisa por elas realizada a seleção dos blogues baseou-se em trabalho mais abrangente, anteriormente realizado em 50 blogues que publicaram posts sobre os exames nacionais do 4º ano de escolaridade no período 2012-2015. A constituição desse *corpus* inicial resultou de uma pesquisa na internet, limitada a páginas de Portugal, escritas em português, com recurso aos motores de busca Google, Yahoo e Bing e aos portais de informação Sapo e Clix, utilizando as expressões “exames nacionais do 4º ano”, “exames nacionais do 4º ano blogs” e “provas finais do 4º ano”. Segundo as autoras a análise das duas categorias temáticas enunciadas anteriormente, a partir de um conjunto de subcategorias, e o seu cruzamento com as concessões de criança e aluno permitiram construir uma tipologia exploratória que visa sistematizar a heterogeneidade de lógicas de fabricação de bons alunos que estará subjacente às dinâmicas das classes médias. Trata-se, portanto, de uma tipologia construída apenas a partir da base empírica apresenta neste artigo. Ferreira, Diogo e Melo (2018) afirmam que ainda que a pesquisa necessita de ser sujeita a novas validações, mas que se constitui em uma proposta analítica que busca contribuir para o estudo ainda pouco desenvolvido sobre o modo como as famílias das classes médias se posicionam relativamente à escolarização.

No terceiro tópico Ferreira, Diogo e Melo (2018) destacam os modelos de escola e trabalhos escolares defendidos pelos pais. Considerando o que estes advogam em relação à missão da escola, ao papel dos professores e metodologias, à concessão de aluno, à avaliação e aos efeitos psicológicos e/ou acadêmicos dos exames nas crianças/alunos, as autoras detectaram três perspectivas que se enquadram num modelo genérico que intitularam como ética

do trabalho, mas que possuem especificidades próprias: Ética do trabalho escolar restrita, ética do trabalho escolar adaptada e ética de um outro modelo de escola e trabalho escolar de acordo com a qual a missão da escola é desenvolver a criatividade e ensinar a pensar em vez de decorar e treinar para exames.

As autoras destacam no quarto tópico os modelos de acompanhamento parental do trabalho escolar e consideram que paralelamente aos modelos de escola e trabalho escolar presentes nos discursos dos pais emitidos na blogosfera, surgem argumentos a partir dos quais é possível identificar princípios em relação ao acompanhamento parental do trabalho escolar dos filhos. Segundo as autoras os pais controlam o quotidiano escolar dos filhos de maneira mais ou menos direta e é a forma e a intensidade como esse controle se exerce que permitiram as autoras distinguirem os seus modelos de acompanhamento escolar. Foi possível identificar, por outro lado, diferentes modalidades de acompanhamento do trabalho escolar com vista à produção de quatro tipos de crianças e de alunos que apontam para quatro modelos de ação/influência dos pais: 1) trabalho acadêmico diretivo para uma disciplinação da criança/aluno; 2) trabalho acadêmico diretivo adaptado à idade da criança; 3) trabalho acadêmico e cultural diretivo para uma criança-aluno “cultivada”; e 4) trabalho de “navegação à vista” para a autonomia da criança.

No quinto e último tópico do texto Ferreira, Diogo e Melo (2018) trazem a luz as lógicas de fabricação de bons alunos e as autoras destacam que não obstante alguns princípios transversais às famílias da classe média urbana, a análise dos discursos dos pais sobre os exames do 4º ano de escolaridade pôs a descoberto, por um lado, um conjunto de modelos de escola e do trabalho escolar e, por outro, de acompanhamento parental com vista à produção de determinados tipos de crianças e de alunos, que apontam para quatro modelos de ação/influência dos pais. Segundo as autoras uma análise cruzada dos modelos anteriores tornou possível inferir diferentes lógicas de produção de ethos de alunos e de crianças, visando à fabricação de bons alunos.

Ferreira, Diogo e Melo (2018) concluem afirmando que procuraram compreender como os exames do 4º ano de escolaridade são ressignificados e experienciados num grupo social particularmente sensível ao investimento na

escolaridade – a classe média –, a partir da análise dos seus testemunhos na blogosfera. Segundo as autoras estas famílias da classe média urbana, detentoras de elevados volumes de capital cultural, apresentam em comum um intenso investimento na escolarização e uma gestão das emoções encarada pelos pais como crucial para se lidar com a situação dos exames.

Apontam as autoras que à forma como os pais encaram a escola e o trabalho escolar, esta análise permitiu identificar três concessões típicas de uma ética de trabalho que assumem, no entanto, particularidades próprias quanto ao modo como perspectivam a missão da escola, o papel dos professores e metodologias, as avaliações e os efeitos psicológicos ou acadêmicos dos exames nas crianças/alunos.

As autoras apontam uma ética do trabalho escolar restrita, uma ética do trabalho escolar adaptada e uma ética de um outro modelo de trabalho escolar e as autoras destacam que estas éticas do trabalho cruzam-se com modelos distintos de acompanhamento parental do trabalho escolar - trabalho acadêmico diretivo para uma criança-aluno disciplinada; trabalho acadêmico diretivo adaptado à idade para uma criança-aluno protegida; trabalho acadêmico e cultural diretivo para uma criança-aluno “cultivada”; “navegação à vista” para uma criança-aluno autônoma –, baseados em concessões distintas de crianças e alunos: tradicionalista, protecionista, cultivação e contratualista.

Para as autoras ainda que esta tipologia necessite de ser sujeita a novas validações, Ferreira, Diogo e Melo (2018) consideram que constitui uma proposta analítica que visa contribuir para o estudo ainda pouco desenvolvido sobre o modo como as famílias das classes médias se posicionam relativamente à escolarização, e muito particularmente num contexto de pressão para a performatividade nos primeiros anos de escolaridade, como sucedeu em Portugal, com a introdução de exames no 4º ano de escolaridade entre 2012 e 2015.

Trata-se de trabalho muito interessante e útil para quem pretende conhecer as opiniões de pais das classes médias urbanas, muito escolarizadas, difundidas na blogosfera, acerca dos exames dos filhos que estudam nos Anos Iniciais e do crescente investimento na educação e escolarização dos seus filhos protagonizado por esse grupo social.

Foi pertinente perceber que as autoras defendem que a análise de 38 posts e 311 comentários pertencentes a 29 blogues, publicados entre 2012 e 2015 em páginas portuguesas da internet, evidenciou várias lógicas de fabricação de bons alunos que contrariam a suposta homogeneidade atribuída à relação das classes médias com a escola. Também chamou nossa atenção a linha argumentativa de Ferreira, Diogo e Melo (2018) que citando Bourdieu (1979); Magalhães e Stoer (2002), destacam que a nova classe média assalariada é detentora privilegiada de capital cultural, adquirido essencialmente por via escolar, há muito que essa fração da classe média é conhecida também pelo seu investimento na educação e escolarização dos filhos, como estratégia de reprodução-mobilidade social. Neste sentido, entendemos que as autoras fazem uma excelente interpretação, pois a intensificação das estratégias dos pais das classes médias por meio de um acompanhamento mais ativo da escolaridade dos filhos é uma resposta a preocupação com a incerteza em relação ao futuro dos mesmos.

Ao final, as autoras destacam a diversidade de valores e princípios educativos que coexistem no interior de uma mesma fração da classe média, no que respeita, concretamente, ao modo como articulam a escola e o trabalho escolar, por um lado, e as modalidades de ação parental, tendo em vista a criação de um determinado tipo de criança-aluno, por outro, o que dá conta, em última análise, da heterogeneidade de lógicas de fabricação de bons alunos presentes no discurso dos pais das classe médias analisados, ainda que isso não invalide a existência de um denominador comum a todo o grupo social, o intenso investimento na escolarização dos seus filhos.

Noutro giro, como sabemos, o legado de Pierre Bourdieu para a Sociologia da educação é indiscutível. Silva e Assis (2019) continuam o esforço de compreender em uma perspectiva bourdieusiana, as estratégias familiares e escolares de acesso e permanência dos filhos/estudantes, mas de um Colégio Militar de Campo Grande (CMCG), no Brasil, com particular ênfase nos estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio. Defendem estas autoras nacionais que as famílias têm experimentado um crescente investimento econômico, social e afetivo, buscando novas formas de distinção social para os seus filhos, o que tem contribuído para o surgimento e

ampliação do mercado escolar na sociedade brasileira. Nessa lógica de mercado compreendemos o mercado escolar como a escola empresarializada.

As autoras organizaram seu artigo em dois tópicos. No primeiro, discutem como os capitais e *habitus* familiar influenciam a configuração do mercado escolar brasileiro, considerado no texto como os estabelecimentos escolares que se organizam em busca de atender as estratégias mobilizadas para acesso às escolas de prestígio. No segundo tópico, focalizaram as estratégias do mercado escolar no contexto campo-grandense, especificamente no que se refere ao acesso e permanência no Colégio Militar de Campo Grande. Elas justificam seus argumentos tomando como base os autores Nogueira; Castro; Torres-Santomé; Diogo; Romanelli; Zago; Godard; Van-Zanten; Bourdieu dentre outros.

No primeiro tópico, amparadas em Nogueira, Romanelli e Zago (2000) destacam que, no Brasil, as pesquisas sociológicas nas duas últimas décadas têm colocado a família como centro de suas questões, e que o meio de pertencimento e as dinâmicas estabelecidas pelas famílias nas suas relações com a escola e seus diversos grupos de relações também fazem parte da análise sociológica no que diz respeito aos pesquisadores em educação.

Para Silva e Assis (2019) o sucesso dos filhos se torna uma espécie de sucesso dos pais, transformando-se, assim, em critério fundamental para sua autoestima. Nesse sentido, a escola é vista como agência imprescindível para o processo de profissionalização dos filhos. As autoras destacam que esse tipo de movimento das famílias contemporâneas, com base em Nogueira (2010), aponta que há uma tendência contemporânea de transição da meritocracia a uma parentocracia. Isso ocorre quando a escola passa a sofrer a concorrência das estratégias familiares, devido ao redirecionamento – por parte das famílias – dos destinos dos filhos a partir dos resultados escolares apresentados, ou seja, cada vez menos as famílias se submetem à lógica das instituições escolares.

Silva e Assis (2019) compreendem que a reprodução da estrutura do espaço social, bem como das relações sociais, é de responsabilidade da família. Esta, por sua vez, é lugar de acumulação e transmissão dos mais diversos tipos de capitais: cultural, econômico, social, simbólico, etc. A maneira como essas famílias mobilizam esses capitais acumulados é que fará a diferença na trajetória

de escolarização dos filhos. Citando Diogo (2010) as autoras afirmam que essas famílias se envolvem mais intensamente na formação dos filhos pela necessidade de manutenção da posição social, pois esse tipo de estratégia confere distinção aos destinos escolares de seus filhos e quanto mais atrativa a escola for, mais necessária se torna a formulação de critérios mais sofisticados de seleção, de forma a conservar os melhores estudantes. Segundo as autoras pode-se afirmar que os interesses tanto da família quanto da escola se entrecruzam, pois se passa a ter grupos de estudantes mais distintos e, consequentemente, uma escola mais competitiva no mercado escolar.

Citando Nogueira (1998) as autoras ressaltam que essa lógica do mercado escolar é marcada por um tipo particular de arbitrário cultural que pressupõe a posse de recursos culturais capazes de decodificar os elementos em jogo nesse mercado e as autoras afirmam que é importante lembrar que essa decodificação dos elementos presentes nesse jogo social depende do *habitus* incorporado pelo agente social, pois é ele que lhe dá as devidas condições de mobilizar o capital cultural herdado por meio das estratégias e que esse capital, segundo Bourdieu (2007), permite que o conhecimento prático do mercado escolar exerça o sentido do investimento para que o rendimento desse capital cultural, dentro desse mercado, seja o melhor possível.

Assim,

> [...] tudo se passa como se os agentes ajustassem os investimentos que realizam na produção para o mercado escolar – investimentos em trabalho e aplicação escolar para os alunos, investimentos em tempo, em esforços e em dinheiro para as famílias – aos lucros que esperam obter a médio ou a longo prazo nesse mercado, como se o preço que eles conferem às sanções do mercado escolar fosse função do preço que lhes conferem às sanções deste mercado e do grau em que seu valor econômico e simbólico depende do valor que lhes concede o mercado escolar (BOURDIEU, 2009, p. 309-310).

No segundo tópico Silva e Assis (2019) comparam os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Colégio Militar de Campo Grande e demonstram que a instituição tem se mantido acima da média nacional, sul-mato-grossense e campo-grandense.

Segundo as autoras essas informações apresentadas até o momento possibilitam compreender uma configuração da expansão do mercado escolar na cidade de Campo Grande/MS. Os resultados do IDEB e do ENEM atestam que os investimentos na educação pública não têm se materializado de maneira satisfatória, o que faz com que as famílias que possuem volumes maiores de capitais econômico e cultural não creditem exclusividade do ensino aos estabelecimentos escolares, haja vista a busca por serviços de apoio e reforço escolar. Silva e Assis (2019) destacam que quatro instituições de ensino em Campo Grande/MS, nesse sentido, oferecem cursos direcionados a futuros estudantes do Colégio Militar como parte de suas estruturas curriculares e as autoras citando Connel (1995) afirmam que:

> [...] os pais literalmente compram um serviço educacional de um número de organizações que está no comércio para fornecer isso. Muitas delas colocam o assunto exatamente nestes termos e estão por demais preocupadas em ver que seu dinheiro foi bem empregado. Antigamente o conselho e agora o diretor da escola são os empresários neste mercado e devem, por alguns meios fundamentais, tratar os pais como clientes. (CONNEL et al., 1995, p. 132).

Segundo as autoras é possível afirmar que o êxito escolar está intrinsecamente ligado às experiências e às práticas sociais, como também à origem familiar dos estudantes. A forma como a família mobilizará os diferentes tipos de capitais é o que possibilitará uma trajetória escolar bem-sucedida.

As autoras concluem mostrando a importância da teoria bourdieusiana, pois ela nos faz compreender as práticas educativas desenvolvidas pelas famílias ao longo da trajetória escolar de seus filhos, sem desconsiderar as estratégias de parentocracia mobilizadas pela apropriação dos diferentes tipos de capitais – econômico, cultural, social, simbólico, entre outros.

Segundo Silva e Assis (2019) uma das estratégias utilizadas pelas famílias está relacionada à transmissão do capital cultural, ao qual está condicionado o êxito escolar dos filhos e as autoras observaram que a classe média possuidora de um *ethos* de ascensão social vê nos filhos a possibilidade de manutenção e/ou ascensão por meio da escolarização. Segundo as autoras para essa fração de grupo, a escola é tida como o canal privilegiado para que se concretize essa ascensão, o que a leva a investir pesado na escolarização de seus filhos.

De acordo com as autoras são as disposições internalizadas por meio *do habitus* que proporcionam à família a capacidade de perceber ou compreender a existência desse jogo social, possibilitando-lhe, assim, fazer a escolha das melhores estratégias educativas para os seus filhos. É nesse sentido que a família assume o papel do bom jogador de tênis, ou seja, coloca-se onde a bola vai cair, onde o lucro será encontrado. Importante salientar que colocar-se nessa posição não é tão simples, requer disposição no sentido de decisão, disciplina e mobilização de todos os capitais incorporados ao sujeito, no caso a família.

Silva e Assis (2019) são muito uteis para quem pretende estudar estratégias familiares de escolarização, principalmente no que se referem aos investimentos familiares no mercado escolar. Os argumentos são esclarecedores, sem dúvidas, para uma melhor compreensão da existência de um mercado escolar emergente em Campo Grande-MS, (como é o caso) isto porque as famílias não creditam exclusividade do ensino aos estabelecimentos escolares, haja vista a busca por serviços de apoio e reforço escolar que se avolumam no município estudado. Para quem é profissional da educação o texto pode ajudar na compreensão dessa nova configuração de relação com a escola, as famílias têm experimentado um crescente investimento econômico, social e afetivo, buscando novas formas de distinção social para os seus filhos, o que tem contribuído para o surgimento e ampliação do mercado escolar na sociedade brasileira.

Foi interessante perceber que as autoras compreendem que a reprodução da estrutura do espaço social, bem como das relações sociais, é de responsabilidade da família e esta, por sua vez, é lugar de acumulação e transmissão dos mais diversos tipos de capitais: cultural, econômico, social, simbólico, etc. As maneiras como essas famílias das classes mediam mobilizam esses capitais acumulados é que fará a diferença na trajetória de escolarização dos filhos. Isto faz sentido, pois investir em educação é uma prioridade e o melhor investimento que as famílias das classes medias podem fazer é pagar por um ensino de qualidade para os filhos.

Sobre investimentos educacionais vale trazer alguns dados para se ter a ideia em valores monetários. Segundo o Instituto Nacional de Vendas e

Trade Marketing (Invent) (2018), o custo para sustentar uma pessoa até os 23 anos pode chegar a R$ 2 milhões em uma família de classe média alta, que recebe mais de R$ 15 mil por mês.

No caso de uma família com renda entre R$ 5 mil e R$ 15 mil, os valores chegam a R$ 948 mil. Para quem recebe de R$ 2 mil a R$ 5 mil mensais, o volume total também não é pequeno: R$ 407 mil.

O esforço, no entanto, vale a pena. Uma pesquisa do HSBC (Filizola 2018) mostra que 89% dos pais consideram o diploma de bacharel ou uma qualificação superior algo essencial para que seus filhos atinjam objetivos importantes na vida. Do total de pais entrevistados, 76% estariam dispostos a bancar estudos no exterior, e 70% já investiram em reforço escolar para garantir melhores resultados em sala de aula. Os pais que podem bancar uma educação privada não hesitam. Mais de 66% dos pais brasileiros ouvidos na pesquisa HSBC acreditam que as escolas privadas são melhores que as públicas e isso demonstra a desigualdade dos sistemas escolares, entretanto percebemos a necessidade da educação privada num país como o Brasil, com tantas mazelas no ensino público e para as famílias da classe média, manter o filho numa escola particular é um investimento.

3.4. PRÁTICAS FAMILIARES DA CLASSE MÉDIA – OS DOCENTES UNIVERSITÁRIOS

A temática é quase inesgotável e vale a pena prosseguir refletindo sobre as classes médias, mas desta feita dando destaque para suas práticas. Brandão e Lellis (2003) focalizam de maneira mais sistemática as práticas educacionais das famílias de níveis socioeconômicos mais elevados, articulando abordagens micro e macrossociais utilizando tanto de técnicas de *survey* como de entrevistas, a fim de levantar maiores evidências sobre as bases empíricas do sucesso escolar das famílias mais bem situadas nas hierarquias sociais.

Defendem as autoras que a sociologia da educação no Brasil tem desenvolvido inúmeras pesquisas sobre o fracasso escolar entre as camadas

populares. O sucesso escolar entre as elites, entretanto, não tem merecido a atenção dos sociólogos da educação, a não ser recentemente (década de 1990).

Segundo as autoras apesar da carência de estudos empíricos sobre o tema, desde o Relatório Coleman, a relação entre sucesso escolar e a origem familiar de níveis socioeconômicos mais elevados tem sido admitida.

As autoras amparam seus argumentos nas referências de Pierre Bourdieu com a finalidade de obter dados que permitissem traçar o perfil socioeconômico cultural das famílias, o grau de envolvimento desses pais e dos filhos na escolaridade. Zaia Brandão e Isabel Lellis (2003) destacam que sem incorrer no equívoco de supor ser possível delinear claramente a contribuição específica das instituições família e escola, as autoras procuram analisar tanto o trabalho da escola como a ação familiar, ancorada no patrimônio cultural acumulado e permanentemente atualizado e potencializado pela estrutura de capital do grupo familiar, tanto o capital social, quanto o econômico, político simbólico entre outros.

Segundo as autoras por intermédio de um questionário procuraram obter um perfil mais geral da população estudada, complementando as entrevistas que, como recurso que tem no discurso, na palavra e nas representações dos entrevistados seu principal material empírico, não permitem, senão imprecisamente, mapear regularidades e padrões de conduta.

Zaia Brandão e Isabel Lellis (2003) ao analisarem o perfil das elites acadêmicas investigadas, apresentam-nas como o mais elevado nível de capital acadêmico no contexto das universidades brasileiras. As autoras apontam que quanto à posição socioeconômica que os professores universitários estudados ocupam na estratificação da população brasileira, os dados indicam ainda uma situação privilegiada, pois praticamente a totalidade (98%) pertence aos estratos superiores, segundo o Critério Brasil (IBGE 1998). Para elas isso significa que esses docentes universitários são simultaneamente elites acadêmicas e econômicas e nos termos de Bourdieu com uma grande capacidade de ampliação e conversão de diferentes capitais (econômico, cultural, acadêmico, social, simbólico etc.), potencializando a mobilidade e a capitalização de recursos na luta concorrencial por melhores posições no espaço social. São

condições altamente rentáveis, como *background* social dos herdeiros dessas elites acadêmicas.

Ao destacar as estratégias educativas as autoras apontam que as elites acadêmicas estudaram em escolas privadas e matriculam seus filhos no mesmo tipo de escola (pelo menos o público por elas estudado) e as autoras questionam como poderiam as elites acadêmicas escolher matricular seus filhos fora do elenco das mais afamadas escolas.

Segundo as autoras no contexto das entrevistas, marcado por uma necessidade de projetar uma identidade de quem domina as regras do jogo escolar, as características educativas dos estabelecimentos serviram de argumentação para justificar as escolhas das escolas, ou para justificar a mudança de uma escola para outra, estratégia muitas vezes utilizada como preventiva do insucesso.

Para Zaia Brandão e Isabel Lellis (2003) entre as críticas que balizaram os processos de transferência de uma escola para outra, sobressaíram os seguintes motivos: insatisfação com a qualidade do trabalho pedagógico, ausência de regras disciplinares, falta de qualificação dos professores, ausência de cobrança do dever de casa, remetendo para uma acentuada capacidade de discriminar as escolas mais adequadas a seus projetos.

Ao tratar dos recursos sociais e familiares, as autoras Zaia Brandão e Isabel Lellis (2003) apontam que essas famílias das classes mais favorecidas se encontram, bem providas de volume e estrutura de capitais, tais como: econômico, acadêmico, intelectual, linguístico, simbólico, social etc. Para as autoras, essas famílias representam no contexto brasileiro, um dos grupos mais bem informados e preparados para as disputas por melhores posições sociais.

Segundo elas os filhos desses professores têm em casa acesso aos mais variados materiais culturais e didáticos (enciclopédias, *Internet*, jogos educativos) e raramente repetem o ano, graças às estratégias preventivas acionadas pelas famílias; entre elas a ênfase na disciplina de estudo, o reforço escolar, a supervisão mais próxima, a intensificação dos horários de estudo, a redefinição de prioridades com relação às atividades extraescolares.

As autoras concluem que o material empírico levantado por alguns dos poucos trabalhos disponíveis sobre a escolarização das elites, indica que as escolas que atendem aos filhos das elites empresariais têm tido dificuldade em sintonizar com os novos perfis das famílias e desses estudantes.

Segundo a hipótese das autoras Zaia Brandão e Isabel Lellis (2003) esse tipo de dificuldade pode ser mais generalizado. As autoras destacam que uma das lições tiradas desta experiência se refere à necessidade de trabalhar com a escolarização das elites na sua heterogeneidade, uma vez que os volumes e as estruturas de capitais combinados das diferentes frações desse grupo social geram expectativas diferenciadas acerca do papel da escola na reprodução social desses setores.

O texto é muito interessante e útil para quem pretende estudar as relações das elites acadêmicas com a escolarização dos filhos que cursam o ensino fundamental. Perceber como as famílias docentes universitárias – a classe média intelectualizada – se mobilizam e fazem investimentos educacionais para manter suas posições ou melhorá-las para a geração seguinte foi algo bastante curioso cientificamente.

Os argumentos e esclarecimentos lançam luzes, sem dúvidas, para uma melhor compreensão das estratégias educativas dessas elites. Para quem é profissional da educação o texto pode ajudar a focalizar de maneira mais sistemática as práticas educacionais desses grupos.

Foi realmente revelador perceber que as autoras defendem que a sociologia da educação no Brasil tem desenvolvido inúmeras pesquisas sobre o fracasso escolar entre as camadas populares. O sucesso escolar entre as elites, entretanto, não tem merecido a atenção dos sociólogos da educação. Destaque especial para o papel atribuído por Bourdieu à escola e seu legado tenha motivado a ampliação da pesquisa empírica sobre os processos de escolarização, a investigação sobre a escolarização das elites permaneceu, até a segunda metade da década de 1990, um tema tabu entre os pesquisadores brasileiros.

Também chamou nossa atenção a linha argumentativa de Zaia Brandão e Isabel Lellis (2003) para fins de levantar maiores evidências sobre as

bases empíricas do sucesso escolar das famílias mais bem situadas nas hierarquias sociais.

Neste sentido, entendemos que as autoras foram fies nas suas análises da pesquisa sem incorrer no equívoco de supor ser possível delinear claramente a contribuição específica das instituições Família e Escola, procurando analisar tanto o trabalho da Escola como a ação familiar, ancorada no patrimônio cultural acumulado e permanentemente atualizado e potencializado pela estrutura de capital do grupo familiar (capital social, econômico, político simbólico etc.), privilegiando as relações entre famílias de alto capital cultural e escolas no sentido de analisar como as práticas culturais e sociais poderiam impactar os resultados escolares dos filhos.

3.5. A PARENTOCRACIA REITERANDO AS ESTRUTURAS DESIGUAIS EDUCACIONAIS: EVIDÊNCIAS E RESULTADOS AO PROBLEMA AQUI PROPOSTO.

Nesta seção final a pesquisa pretende revelar que a parentocracia enquanto um fenômeno coletivo, afeito mais as classes médias intelectualizadas, se torna uma espécie de movimento por parte dessas famílias – que acessam

mais os recursos sociais (capital econômico, social e particularmente o capital cultural) – em que reitera e reforça as desigualdades estruturais no país. Afinal, as famílias populares, em sua maioria com menos capital informacional além do econômico, “calculam” todas as dificuldades para que seus filhos possam chegar a lugares mais longes do ponto de vista educacional. Em síntese, esta seção pode ajudarmos a compreender que a estrutura social desigual – dividida em classes sociais – é, por sua natureza, reprodutora de uma lógica que favorece àqueles que tendem a investir seus recursos na escolaridade dos seus familiares. Àqueles que não podem investir tendem a ter dificuldades maiores e destinar seus familiares para posições no mercado de trabalho que estão situadas na base infraestrutural da pirâmide educacional.

Embora Pierre Bourdieu, um dos interlocutores centrais neste TCC, não tenha cunhado o termo "parentocracia" sua obra se associa bastante a esta categoria conceitual. Contudo, o termo "parentocracia" é mais comumente associado ao sociólogo francês Raymond Boudon, que o usou em sua obra "L'Inégalité des Chances" (1973). Boudon (1973) define a parentocracia como um sistema social em que as relações familiares e de parentesco desempenham um papel importante na distribuição de recursos e oportunidades.

Pierre Bourdieu (1970; 1979; 1982), por outro lado, é mais conhecido por seus conceitos de “capital cultural”, "capital social" e "*habitus*", que são centrais em sua teoria da reprodução social, como já mostramos em seções anteriores. Embora Bourdieu tenha discutido a importância das relações familiares e de parentesco em sua obra, ele não usou o termo "parentocracia" especificamente, todavia, vamos fazer aqui a associação por se tratar de uma possibilidade conceitual completamente coerente. Sim, porque Bourdieu, aborda a questão da parentocracia em sua obra. Embora não seja um tema central em sua produção, Bourdieu menciona a parentocracia como uma forma de reprodução social e de manutenção do poder.

Assim, podemos, com base no autor francês definir parentocracia com um sistema de poder e influência baseado nas relações familiares e de parentesco. Nesse sistema, as posições de poder e privilégios são transmitidas por meio de laços familiares, em vez de serem baseadas em mérito ou competência. Pierre Bourdieu analisa a parentocracia como uma forma de

capital social, que permite às famílias e grupos sociais manterem e reproduzirem seu poder e influência. Ele argumenta que a parentocracia é uma das formas pelas quais as elites sociais mantêm seu domínio sobre as classes subalternas. Algumas das obras de Bourdieu que abordam a parentocracia, ainda que não utilizando o termo taxativamente, incluem:

1. "A Reprodução" (1970) - Bourdieu analisa como as classes sociais se reproduzem por meio da educação e da cultura.
2. "A Distinção" (1979) - Bourdieu examina como as classes sociais se distinguem umas das outras por meio da cultura e do estilo de vida.
3. "O Poder Simbólico" (1982) - Bourdieu analisa como o poder é exercido e mantido por meio de símbolos e representações.

No artigo "As Formas de Capital", Pierre Bourdieu (1986) explora a forma como diferentes tipos de capital: social, cultural e econômico influenciam as oportunidades educacionais e perpetuam desigualdades. De acordo com o autor um conceito importante que emerge dessa discussão é exatamente a parentocracia, que se refere ao poder e à influência que os pais exercem sobre a educação dos filhos, muitas vezes resultando em desigualdades escolares significativas.

Segundo Bourdieu (1986) a parentocracia é um sistema no qual o sucesso acadêmico e a trajetória educacional das crianças são fortemente determinados pelas ações, decisões e recursos de seus pais.

A seguir, apresentamos os principais pontos em que a parentocracia é identificada pelo autor como causadora dessas desigualdades.

- ✓ Capacidade financeira: Bourdieu (1986) destaca que famílias com maior poder aquisitivo podem pagar por escolas particulares, tutores e atividades extracurriculares;
- ✓ Capital cultural: Segundo o autor, pais com maior nível de formação acadêmica tendem a valorizar a educação, ajudando seus filhos com apoio moral e material;
- ✓ Rede social: Bourdieu (1986) aponta que o acesso a redes de contatos sociais pode facilitar informações sobre melhores instituições de ensino ou práticas educacionais eficazes;

Pierre Bourdieu (1986) assevera que os impactos da parentocracia nas desigualdades escolares são demostrados ainda pelos seguintes aspectos:

- ✓ Vantagens Competitivas: Segundo o autor, as crianças de famílias privilegiadas frequentemente entram nas escolas com uma base mais sólida, devido ao acesso a experiências culturais e educacionais desde cedo. Isso cria um ciclo vicioso de sucesso para aqueles que já estão em uma posição favorecida;
- ✓ Reprodução Social: Bourdieu (1986) argumenta que a educação não funciona apenas como um meio de mobilidade social, mas também reproduz desigualdades. Segundo o autor a parentocracia reforça essa reprodução ao assegurar que as vantagens dos pais sejam transferidas para as próximas gerações;
- ✓ Dificuldade de Mobilidade: O autor destaca que para as crianças de famílias menos favorecidas, a falta de recursos e suporte na educação pode levar a um desempenho inferior, criando barreiras adicionais para a ascensão social.

A análise de Bourdieu (1986) nos ajuda a entender como a parentocracia contribui para as desigualdades escolares. Ao reconhecer o impacto do capital social e cultural dos pais na educação, podemos abordar as questões de equidade de maneira mais eficaz.

Noutro trabalho denominado “Os Efeitos das Diferentes Formas de Capital no Desempenho Escolar: Um Estudo à Luz de Bourdieu e de Coleman” (2010), os autores Alicia Bonamino, Fátima Alves, Creso Franco e Sibele Cazelli analisam como as diferentes formas de capital — econômico, social e cultural — influenciam o desempenho escolar. Os autores apontam que um conceito-chave que se destaca na discussão é a parentocracia, que se relaciona diretamente com as desigualdades educacionais.

Segundo esses autores a parentocracia refere-se à forma como o poder e a influência dos pais moldam as oportunidades educativas dos filhos. Essa influência pode manifestar-se através de vários fatores, como por exemplo:

- ✓ Recursos Econômicos: Os autores destacam que famílias com meios financeiros suficientes podem proporcionar acesso a escolas de

qualidade, materiais didáticos e atividades extracurriculares enriquecedoras;

- ✓ Capital Cultural: Segundo Bonamino, Alves, Franco e Cazelli (2010) o nível de escolaridade e o tipo de conhecimento que os pais possuem impactam diretamente a forma como eles apoiam a educação dos filhos. Pais mais educados tendem a valorizar a aprendizagem e a criar um ambiente propício para o estudo em casa;
- ✓ Relações Sociais: Os autores asseveram que a rede de contatos dos pais pode oferecer informações valiosas sobre escolas e estratégias educacionais, além de facilitar a construção de uma rede de apoio que beneficia o estudante.

Bonamino, Alves, Franco e Cazelli (2010) demonstram o impacto da parentocracia nas desigualdades escolares declarando que a parentocracia contribui para manter e aprofundar desigualdades escolares de diversas maneiras, entre elas:

- ✓ Reprodução do Capital Cultural: Segundo os autores crianças que crescem em ambientes onde a educação é valorizada e promovida, têm mais chances de ter um bom desempenho acadêmico. Em contraste, aquelas provenientes de contextos em que a educação é negligenciada, enfrentam dificuldades;
- ✓ Desigualdade de Oportunidades: Os autores apontam que a falta de recursos ou de conhecimento por parte de pais menos favorecidos limita as opções educativas disponíveis para seus filhos, perpetuando um ciclo de desvantagem;
- ✓ Expectativas e Autoeficácia: As expectativas que os pais têm em relação ao desempenho escolar de seus filhos também desempenham um papel crítico. Pais que acreditam na capacidade de seus filhos para ter sucesso tendem a incentivá-los mais, resultando em melhores resultados, destacam os autores;

O estudo realizado pelos autores Bonamino, Alves, Franco e Cazelli (2010) traz à tona a importância de entender como a parentocracia afeta as dinâmicas educacionais e ao reconhecer o papel das diferenças entre as classes sociais e suas implicações nas oportunidades escolares, podemos começar a

elaborar estratégias para enfrentar as desigualdades na educação. Percebemos, assim, o perfeito alinhamento entre o pensamento de Bourdieu e essas autoras.

No mesmo giro, na dissertação "Educação e privilégio: o que querem os pais das escolas privadas", a autora Sílvia Maria de Freitas Adrião (2014) explora as desigualdades escolares ao analisar as motivações e expectativas dos pais que optam por matricular seus filhos em instituições de ensino privado e destaca alguns pontos principais, como:

- ✓ Motivos da Escolha: A autora aponta que muitos pais escolhem escolas privadas com a esperança de proporcionar uma educação de qualidade superior, acreditando que isso lhes dará vantagens competitivas no futuro. Segundo a autora essa escolha revela como certas classes sociais têm acesso a melhores opções educacionais;
- ✓ Percepções sobre a Educação: discute como a percepção de qualidade na educação é muitas vezes associada a recursos financeiros. As escolas privadas tendem a oferecer infraestrutura, materiais didáticos, e atividades extracurriculares que muitas instituições públicas não conseguem proporcionar devido à falta de financiamento;
- ✓ Apartheid Educacional: A autora menciona que esse fenômeno contribui para um "apartheid educacional", onde a educação se torna um reflexo das desigualdades socioeconômicas existentes. As crianças provenientes de famílias de classes mais baixas têm acesso limitado a esses recursos.
- ✓ Efeitos da Segregação: também analisa as consequências dessa segregação educacional, que perpetua ciclos de desigualdade, uma vez que as experiências educacionais e sociais variam enormemente entre alunos de diferentes contextos econômicos.
- ✓ Expectativas dos Pais: observa que as expectativas dos pais em relação ao desempenho acadêmico e às oportunidades futuras para seus filhos são moldadas não apenas pela educação recebida, mas também pelas redes de contatos e pelas relações sociais que uma escola privada pode proporcionar.

Por meio dessas análises, Sílvia Maria de Freitas Adrião (2014) evidencia como as escolhas educativas estão intimamente ligadas a questões de privilégio e desigualdade, refletindo as realidades sociais mais amplas que

afetam o acesso e a qualidade da educação no Brasil. Assim, a sua dissertação contribui para a compreensão crítica das dinâmicas educacionais contemporâneas.

Adrião (2014) apresenta diversos exemplos que ilustram as desigualdades escolares, como:

- ✓ Acesso a Recursos: Adrião (2014) menciona como as escolas privadas frequentemente têm acesso a recursos financeiros superiores, permitindo oferecer infraestrutura melhor, como laboratórios bem equipados, bibliotecas extensas e atividades extracurriculares diversificadas. Em contraste, muitas escolas públicas enfrentam limitações orçamentárias que comprometem a qualidade do ensino;
- ✓ Qualidade do Ensino: A autora destaca também a diferença no corpo docente, onde as escolas privadas geralmente podem contratar professores com formações mais avançadas e que, muitas vezes, estão mais motivados devido às condições de trabalho e remuneração. Isso gera uma discrepância na qualidade da educação recebida pelos alunos;
- ✓ Estratégias de Ensino: Adrião (2014) discute como as metodologias adotadas nas escolas privadas são frequentemente mais inovadoras e centradas no aluno, favorecendo um aprendizado mais eficaz. As instituições públicas, por suas vezes, podem ter que se valer de métodos tradicionais devido à escassez de recursos e formação continuada para os profissionais;
- ✓ Redes Sociais e Networking: Além da formação acadêmica, a autora observa que as escolas privadas proporcionam aos alunos um ambiente que promove redes de contato e relacionamentos sociais que podem ser decisivos em futuras oportunidades profissionais. Assim, os filhos de famílias mais abastadas têm acesso a esse capital social, algo que não é garantido para estudantes de escolas públicas;
- ✓ Estigma e Exclusão: Adrião (2014) aponta que a escolha por escolas privadas pode estar relacionada a um estigma associado à educação pública, fazendo com que famílias de classe média e alta busquem instituições privadas não apenas pela qualidade, mas para evitar a

exclusão social que envolve a matrícula em escolas que são vistas como menos prestigiadas;

Esses exemplos ajudam a estruturar uma compreensão clara sobre como a escolha das escolas influencia e perpetua as desigualdades educacionais no Brasil, refletindo um sistema educacional que, muitas vezes, privilegia aqueles que já têm acesso a recursos e condições melhores.

No artigo “Famílias e escolas de prestígio na ampliação de capitais: uma análise bourdieusiana sobre as trajetórias escolares” dos autores Letícia Casagrande Oliveira e Jacira Helena do Vale Pereira Assis (2020), a parentocracia é analisada como um fator central que contribui para as desigualdades escolares. A seguir, apresentamos os principais pontos em que a parentocracia é identificada pelas autoras como causadora dessas desigualdades.

- ✓ Influência dos Pais nas Decisões Escolares: a parentocracia refere-se ao poder e à influência que os pais exercem sobre a educação de seus filhos, incluindo decisões relacionadas à escolha de escolas. Segundo as autoras essas escolhas muitas vezes são baseadas em fatores de prestígio, resultando na segregação de alunos conforme suas classes sociais.
- ✓ Acesso a Escolas de Prestígio: famílias de maior estrato socioeconômico têm mais facilidade em acessar escolas consideradas de prestígio. Esse acesso não é apenas por meio de recursos financeiros, mas também pela mobilização social e cultural que essas famílias podem realizar para garantir que seus filhos ingressem nessas instituições.
- ✓ Capital Cultural e Estrutura Social: De acordo com a teoria de Pierre Bourdieu utilizada pelas autoras, o capital cultural desempenha um papel crucial nas desigualdades escolares. Pais com maior capital cultural possuem melhor entendimento das dinâmicas escolares e as expectativas educacionais, o que lhes permite ter maior influência nas escolhas e direcionamentos educacionais dos filhos.
- ✓ Expectativas e Pressões Parentais: a pressão e as expectativas estabelecidas pelos pais em relação ao rendimento escolar dos filhos impactam diretamente o desempenho acadêmico. Isso pode levar a um

ciclo de autoconfiança ou ansiedade, dependendo do suporte oferecido, contribuindo assim para as disparidades no sucesso acadêmico.

- ✓ Composição das Turmas e Peculiaridades Sociais: as escolhas dos pais influenciam diretamente a composição das turmas nas escolas, resultando em grupos homogêneos que refletem as diferenças socioeconômicas e culturais. A formação de turmas com pouca diversidade prejudica a inclusão de perspectivas variadas nas experiências educacionais.
- ✓ Mobilização de Recursos: pais que ocupam posições privilegiadas têm condições de mobilizar recursos adicionais, como tutorias particulares ou atividades extracurriculares. Essa mobilização não é igualmente acessível a todas as famílias, o que perpetua as desigualdades entre os alunos.
- ✓ Efeito da Rede de Contatos: o capital social, que está ligado às redes de contatos dos pais, proporciona vantagens adicionais. Famílias com conexões sociais más amplas – especialmente em ambientes considerados de prestígio – conseguem influenciar decisões escolares que beneficiam seus filhos, excluindo outras crianças desse fluxo.

Como se percebe acima, optamos por revelar as evidências encontradas na literatura de forma mais pontual, nos tópicos acima destacados. Assim, queremos realmente reiterar o quanto a estrutura de classe já historicamente desigual na sociedade capitalista, tende a reforçar por intermédio das famílias parentocráticas as desigualdades sociais existentes.

Do mesmo modo as autoras Letícia Casagrande Oliveira e Jacira Helena do Vale Pereira Assis (2020) ilustram a parentocracia como uma força substancial que perpetua desigualdades no sistema educacional. Ao realçar como as decisões dos pais moldam as trajetórias escolares, o texto destaca a importância de políticas que visem equidade no acesso à educação e no combate às desigualdades sociais. As intervenções públicas devem considerar esses fatores para criar um ambiente escolar mais inclusivo e justo.

No artigo “Prestígio escolar e composição de turmas - explorando a hierarquia em redes escolares dos autores” Márcio da Costa e Mariane C. Koslinski (2008), a parentocracia é discutida como um fator significativo nas

desigualdades escolares, destacando como o poder e a influência dos pais impactam a dinâmica educacional.

Abaixo apresentamos os principais pontos da análise que relaciona a parentocracia às desigualdades no ambiente escolar. Os autores destacam que a parentocracia se refere ao controle e à influência exercidos pelos pais sobre decisões educativas e políticas escolares. Costa e Koslinski (2008) argumentam que essa influência resulta em uma hierarquia dentro das redes escolares, onde o prestígio associado às instituições varia conforme a etnia, classe socioeconômica e o capital cultural das famílias.

- ✓ Escolhas Educacionais: Os autores destacam como pais de diferentes origens sociais têm acessos e oportunidades distintas para escolher escolas e mobilizar recursos. Segundo os autores, famílias com maior capital econômico e cultural tendem a optar por instituições de ensino mais prestigiadas, influenciando a composição demográfica e social das turmas.
- ✓ Composição de Turmas e Prestígio Escolar: Segundo Costa e Koslinski (2008) a parentocracia contribui para uma segregação nas escolas, onde as turmas são compostas predominantemente por alunos de famílias mais favorecidas e essa segregação gera ambientes educacionais desiguais, onde alunos de classes sociais baixa frequentam escolas com menos recursos e apoio pedagógico.
- ✓ Impacto das Expectativas Parentais: Os autores abordam como as expectativas e pressões dos pais afetam não apenas o desempenho acadêmico dos estudantes, mas também as práticas pedagógicas das escolas. Costa e Koslinski (2008) apontam que a busca por uma educação de qualidade, impulsionada pela parentocracia, pode resultar na exclusão de crianças que não conseguem atender a essas expectativas.
- ✓ Heterogeneidade e Exclusão: Costa e Koslinski (2008) destacam que a articulação do prestígio escolar com categorias sociais e a influência parental perpetua a desigualdade e dificulta a inclusão, criando um ciclo vicioso em que as crianças com menos apoio familiar ou considerado

prestigioso enfrentam dificuldades adicionais para progredir academicamente.

- ✓ Consequências Sociais e Educacionais: De acordo com Costa e Koslinski (2008) as desigualdades geradas pela parentocracia vão além do ambiente escolar, refletindo-se em oportunidades futuras, emprego e mobilidade social. Segundo os autores a hierarquia estabelecida pelas escolhas familiares nas escolas contribui para a manutenção das desigualdades sociais existentes.

O artigo de Márcio da Costa e Mariane C. Koslinski (2008) evidencia que a parentocracia desempenha um papel central na configuração das desigualdades escolares. Segundo os autores, ao compreender como as decisões e influências dos pais moldam as experiências educacionais, é possível vislumbrar caminhos para promover uma maior equidade dentro dos sistemas educativos, desenvolvendo políticas que considerem as realidades sociais e econômicas das diversas famílias.

Para concluir esta seção trazemos o artigo “Os usuários de produtos paraescolares: Pais ou filhos?” do autor Charles Coridian (2003). Para ele a parentocracia é identificada como uma das causas fundamentais das desigualdades escolares, apresentada nos seguintes pontos abordados no texto relacionado a esse conceito:

- ✓ Definição de Parentocracia: Segundo o autor a parentocracia é caracterizada pelo poder que os pais exercem sobre as decisões educacionais, influenciando não apenas o ambiente escolar, mas também as políticas educacionais e práticas pedagógicas.
- ✓ Impacto das Decisões Dos Pais: O artigo discute como as escolhas dos pais em relação as escolas, currículos e atividades extracurriculares podem amplificar as desigualdades existentes. O autor aponta que pais com maior capital econômico e cultural têm mais acesso a informações e opções de educação de qualidade, influenciando a trajetória acadêmica de seus filhos.
- ✓ Desigualdade de Acesso a Recursos: Coridian (2003) assevera que há uma clara distinção entre as oportunidades brindadas a crianças de famílias privilegiadas e as limitações enfrentadas por aquelas de classes

sociais menos favorecidas. Segundo o autor a capacidade de investir em materiais, tutorias e atividades complementares torna-se um diferencial que perpetua a desigualdade.

- ✓ Expectativas e Pressão: O autor aponta que a expectativa elevada dos pais pode criar dificuldades para as crianças que não conseguem corresponder a esses padrões, gerando impacto negativo no seu desenvolvimento emocional e acadêmico. Segundo Coridian (2003) essa pressão exacerbada pode resultar em desmotivação e ansiedade, afetando o desempenho escolar.
- ✓ Mobilização e Participação dos Pais: Coridian (2003) destaca que a mobilização dos pais para defender interesses específicos muitas vezes ignora as necessidades de outras comunidades, levando a uma fragmentação na oferta educacional. O autor aponta que a influência direta que pais engajados exercem nas instituições de ensino contribui para a criação de um ambiente educacional que favorece alguns em detrimento de outros.
- ✓ Consequências a Longo Prazo: Segundo Coridian (2003) as desigualdades geradas pela parentocracia não se restringem ao âmbito imediato da educação, mas refletem em desigualdades sociais e econômicas futuras, perpetuando ciclos de privilégio e exclusão. O autor destaca que a parentocracia não é apenas uma questão de escolha individual, mas um fenômeno social que tem impactos profundos nas desigualdades escolares e reconhecer essa dinâmica é crucial para desenvolver políticas que visem promover uma educação mais equitativa, onde todas as crianças tenham acesso às mesmas oportunidades, independentemente das condições socioeconômicas de suas famílias.

Dos pontos acima destacados nesta seção é possível perceber que os autores se encontram em linha de pensamento em que afirmam o quanto e como a parentocracia vai reforçar as desigualdades educacionais. É claro que podemos argumentar que as famílias parentocráticas estão fazendo seus investimentos em meio a uma sociedade altamente competitiva e que os recursos são mais acessados ou não, exatamente por aqueles que são mais

competitivos e/ou que têm mais capital disponível, portanto, ferramentas mais “afiadas” para assim poderem atingir suas metas.

Ainda que o argumento acima seja válido, não podemos deixar de confirmar que as famílias de camadas mais populares, exatamente devido sua origem social, pelos diversos pontos que elencamos nas páginas anteriores desta seção, estão em uma condição desfavorável. Isto é, somente pelo fato de terem nascido nos extratos mais baixos da sociedade, de per si, isto conta muito em desfavor dessas pessoas.

Podemos assim, dizer, que a parentocracia, se torna uma variável muito mais poderosa do que a própria meritocracia na medida em que famílias com mais recursos econômicos, sociais e cultural, em especial informacional, que valorizam sobremaneira o capital escolar são capazes de traçar um verdadeiro projeto familiar para que seus familiares não só tenham longevidade escolar como venham a alcançar os melhores postos de trabalho e posições sociais disponíveis.

É como se contra os mais pobres existissem uma série de adversidades pelo caminho, como uma espécie de karma, que lhes impedissem de traçar o seu destino escolar preferido.

Sabemos que não é exatamente assim. Em que pese as estruturas desiguais encontramos também famílias parentocráticas nas camadas populares. Elas fazem os seus investimentos educacionais dentro das possibilidades em que os recursos que detêm permitem. Fazem inclusive muitos investimentos não-monetários o que garante, muitas vezes “negarem” o próprio destino e realizam também o sonho da longevidade escolar e da ocupação em posições sociais de prestigio na sociedade onde vivem.

Especificamente, quanto a este ponto – os das famílias de camadas populares que são parentocráticas e que estão em minoria – deixaremos para outros pesquisadores ou quem sabe nós mesmo a faremos na oportunidade de uma pós-graduação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso tratou da temática PARENTOCRACIA E INVESTIMENTOS EDUCACIONAIS: “FABRICAÇÃO DE BONS ALUNOS” E DESIGUALDADES ESCOLARES.

Nosso objetivo geral foi compreender o conceito de parentocracia possibilitando o entendimento de que o fenômeno pode ser um fator de diferenciação escolar para determinados grupos sociais reiterando as desigualdades estruturais existentes na sociedade em que vivemos.

A parentocracia é um tema muito interessante e vem sendo discutido na Sociologia da Educação em todo o Brasil. Uma das principais referências que ajuda na compreensão deste fenômeno é a obra do francês Pierre Bourdieu.

Fizemos pesquisa bibliográfica e encontramos na literatura consultada, achados muito interessantes que responderam nosso problema. Na primeira subseção deste TCC mostramos que a tendência atual das classes médias é de intensificarem seus investimentos na escolarização, valendo-se de diversas estratégias maximizando seus capitais culturais e econômicos em benefício do sucesso escolar de seus filhos.

Na segunda subseção – Elites, classe média e suas visões de escola, tratamos como as classes dominantes se constroem continuamente e se mobilizam de todas as formas para assegurar sua reprodução ampliada, sua existência cotidiana com vistas à preservação e à transmissão das posições dominantes para seus descendentes. A formação ideológica na família e o período de formação nas instituições escolares são partes importantes do processo de construção de classe.

Na subseção número três, nos reportamos a análise que faz o sociólogo francês Pierre Bourdieu das estratégias educativas e escolares das diferentes frações das classes medias, colocando-as no quadro mais geral das estratégias de reprodução postas em prática por essas classes. Para tanto, faz-se necessário abordar preliminarmente a composição, o éthos, os estilos de vida próprios dessa camada, e a sua relação com a cultura.

Na subseção de número quatro ao analisar o perfil das elites acadêmicas investigadas, são apresentadas como o mais elevado nível de capital acadêmico no contexto das universidades brasileiras. Quanto à posição socioeconômica que os professores universitários estudados ocupam na

estratificação da população brasileira, os dados indicam ainda uma situação privilegiada, pois praticamente a totalidade (98%) pertence aos estratos superiores, segundo o Critério Brasil (IBGE). Isso significa que esses docentes universitários são simultaneamente elites acadêmicas e econômicas e nos termos de Bourdieu com uma grande capacidade de ampliação e conversão de diferentes capitais (econômico, cultural, acadêmico, social, simbólico etc.), potencializando a mobilidade e a capitalização de recursos na luta concorrencial por melhores posições no espaço social. São condições altamente rentáveis, como *background* social dos herdeiros dessas elites acadêmicas. Ao destacar as estratégias educativas, apontamos que as elites acadêmicas estudaram em escolas privadas e matriculam seus filhos no mesmo tipo de escola (pelo menos o público por elas estudado).

Com a subseção cinco, seção final, a pesquisa mostra que pretende revelar que a parentocracia enquanto um fenômeno coletivo, afeito mais as classes médias intelectualizadas, se torna uma espécie de movimento por parte dessas famílias – que acessam mais os recursos sociais (capital econômico, social e particularmente o capital cultural) – em que reitera e reforça as desigualdades estruturais no país. Afinal, as famílias populares, em sua maioria com menos capital informacional além do econômico, “calculam” todas as dificuldades para que seus filhos possam chegar a lugares mais longes do ponto de vista educacional. Em síntese, esta seção pode ajudarmos a compreender que a estrutura social desigual – dividida em classes sociais – é, por sua natureza, reprodutora de uma lógica que favorece àqueles que tendem a investir seus recursos na escolaridade dos seus familiares. Àqueles que não podem investir tendem a ter dificuldades maiores e destinar seus familiares para posições no mercado de trabalho que estão situadas na base infraestrutural da pirâmide educacional. Foi nesta ultima subseção que os resultados apareceram de modo claro e objetivo.

Com efeito podemos responder a esta altura de modo direto o nosso problema de pesquisa a seguir relembrado: **A parentocracia pode se constituir em uma “fábrica” para se desenvolver os denominados “bons alunos”, reforçando as desigualdades estruturais educacionais existentes?**

As evidências encontradas apontam para os seguintes quesitos de respostas que respondem afirmativamente essa pergunta.

- ✓ Os pais que têm mais recursos financeiros podem proporcionar maiores oportunidades educativas aos filhos, como:
  - Acesso a escolas particulares de alta qualidade.
  - Atividades extracurriculares (como aulas de música, esportes, etc.).
  - Tutorias e reforço escolar.

  Essas oportunidades podem levar a um desempenho acadêmico superior e à formação de "bons alunos", enquanto aqueles com menos recursos ficam em desvantagem.
- ✓ Politicas públicas que favorecem a escolha da escola frequentemente beneficiam famílias que possuem recursos:
  - Vouchers e escolha de escolas: Programas de vouchers não alcançam as populações mais vulneráveis, pois essas famílias podem carecer de informações ou meios para utilizar tais recursos.

- ✓ A articulação social e as redes de apoio parental podem reforçar as desigualdades:
  - Pais envolvidos em círculos sociais mais influentes podem promover melhores conexões para seus filhos.
  - O acesso a informações sobre escolas de qualidade ou opções de ensino pode variar.
- ✓ As estruturas educacionais muitas vezes perpetuam desigualdades raciais, socioeconômicas e culturais. A parentocracia pode acentuar isso ao:
  - Criar uma divisão ainda maior entre aqueles com acesso a recursos e aqueles sem.
  - Reforçar estereótipos de "aluno bom" que são frequentemente associados a características de classes privilegiadas.

Como destacamos na última subseção sabemos que existem famílias de camadas populares que são famílias parentocráticas. Mas em número bem menor que as famílias de classes medias intelectualizadas. Este ponto não esteve no escopo de nossa pesquisa de modo que reconhecemos a lacuna existente. Fica como dica para outros pesquisadores buscarem esta possibilidade ou nós mesmo em estudo de pós-graduação no futuro.

Do exposto, após esta jornada com o presente TCC esperamos ter colaborado com a temática abrindo uma frente de discussão dentro da UNIFAP e que seja um fruto inicial de riquíssimas discussões que podem vir pela frente.

5. REFERÊNCIAS.

ADRIÃO, Silvia. **Educação e privilégio**: o que querem os pais das escolas privadas? 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade. Disponível em: <https://ariel.pucsp.br/jspui/handle/handle/10434>. Acesso em: 6 fev. 2025.

ANTÔNIO, Ana Sofia; TEODORO, Antônio. **A nova classe média e o mandato atribuído à escola**: um olhar sobre artigos de opinião publicados na imprensa portuguesa. Educação, Sociedade & Culturas, n. 33, p. 159-177, 2011. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/373220663/>. Acesso em: 18 ago. 2021.

BALL, S. J. **Performatividade, privatização e o pós-estado do bem-estar**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **As formas de capital**. In: RICHARDSON, J. (Ed.). Manual de teoria e investigação em sociologia da educação. New York: Greenwood, 1986. p. 241-258. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/fr/bourdieu-forms-capital.htm>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: a crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. Disponível em: <https://www.edusp.com.br/livros/distincao/>.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução de Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, Pierre. **Gostos de classe e estilos de vida**. In: ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 82-121.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denise Bárbara Cattani. São Paulo: Unesp, 2004b.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, Zaia; LELLIS, Isabel. **Elites acadêmicas e escolarização dos filhos**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 24, n. 83, 2003a. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 1 out. 2021.

BONAMINO, Alice; ALVES, Fátima; FRANCO, Creso; CAZELLI, Sibele. **Os efeitos das diferentes formas de capital**: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 45, set./dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000300007>. Acesso em: 9 dez. 2024.

CASTRO, A. H. **A escola que queremos e a que o capitalismo nos dá**. O Diário de Barretos e brasilescola.com, 17 mar. 2005.

CATTANI, Antônio David; KIELING, Francisco dos Santos. **A escolarização das classes abastadas**. Sociologias, Porto Alegre, n. 18, 2007. Disponível em: <http://bit.ly/PGSW4n>. Acesso em: 5 out. 2021.

COSTA, M. da; KOSLINSKI, M. C. **Prestígio escolar e composição de turmas**: explorando a hierarquia em redes escolares. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 19, n. 40, p. 305-330, 2008. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2081>. Acesso em: 15 fev. 2025.

DIOGO, Ana Matias; MELO, B. Portugal; FERREIRA, Manuela. **Exames e lógicas de fabricação de bons alunos nas classes médias**. Cadernos de Pesquisa, v. 48, n. 169, p. 748-775, jul./set. 2018. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/5138/pdf>. Acesso em: 29 set. 2021.

DIOGO, Ana Matias. **Do envolvimento dos pais ao sucesso escolar dos filhos**: mitos, críticas e evidências. Revista Luso-Brasileira de Sociologia da Educação, Rio de Janeiro, n. 1, p. 71-96, mar. 2010.

DALLABRIDA, N. **A fabricação escolar das elites**: o Ginásio Catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

FILIZOLA, Paula. **Investir em educação dos filhos é prioridade para 79% dos pais**: mais de 66% dos pais brasileiros ouvidos na pesquisa HSBC acreditam que as escolas privadas são melhores que as públicas. Metrópoles, 06 out. 2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/author/paula-filizola>. Acesso em: 23 ago. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs.). **A formação do cidadão produtivo**: a cultura de mercado no ensino médio técnico. Brasília: INEP, 2006. 372 p. ISBN 85-86260-09-6. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_da_educacao_profissional_tecnologicaa_formacao_do_cidadao_produtivo_a_cultura_de_mercado_no_ensino_medio.pdf>.

GENTILI, Pablo. **O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1059-1079, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/7CLbgjQSMbW6hX7T9wbQ4mn/>.

KIELING, Francisco dos Santos. **Uma escola para ricos**: estudo de caso de como uma escola se adapta aos ricos. 2005. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

MAGALHÃES, A.; STOER, S. **A nova classe média e a reconfiguração do mandato endereçado ao sistema educativo**. Educação, Sociedades & Culturas, n. 18, p. 25-40, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MELO, B. P.; DIOGO, A. M.; FERREIRA, M. **O regresso dos exames do 4º ano**: escola, crianças e dinâmicas familiares na blogosfera. Sociologia, Problemas e Práticas, v. 81, p. 141-161, 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/spp/2385>. Acesso em: 23 jan. 2023.

NOGUEIRA, Maria Alice. **A escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias**: a ação discreta da riqueza cultural. Revista Brasileira de Educação, n. 7, p. 42-56, jan./mar. 1998.

NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nair. (org.). **Família e escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Classes médias e escola**: novas perspectivas de análise. Currículo sem Fronteiras, v. 10, n. 1, p. 213-231, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vs1articles/nogueira.htm>. Acesso em: 25 jul. 2021.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Convertidos e oblatos**: um exame da relação de classes médias/escola na obra de Pierre Bourdieu. Educação, Sociedade & Cultura, Portugal, v. 7, n. 7, p. 109-129, maio 1997. Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Estratégias de escolarização em famílias de empresários**. In: ALMEIDA, Ana Maria; NOGUEIRA, Maria Alice. A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 49-65.

NOGUEIRA, Maria Alice. **O capital cultural e a produção das desigualdades escolares contemporâneas**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 42, n. 147, p. 452-475, maio/ago. 2012.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Trajetórias escolares, estratégias culturais e classes sociais**: notas em vista da construção do objeto de pesquisa. Teoria e Educação, Porto Alegre, n. 3, 1991.

OLIVEIRA, Letícia Casagrande; ASSIS, Jacira Helena do Valle Pereira. **Estratégias de parentocracia na Educação Básica**: a ação do professor particular na trajetória escolar de estudantes em Campo Grande/MS. Quaestio, Sorocaba, SP, v. 23, n. 2, p. 541-561, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://uniso.emnuvens.com.br/quaestio/article/view/3769>. Acesso em: 20 jun. 2024.

OLIVEIRA, Letícia Casagrande; ASSIS, Jacira. **Famílias e escolas de prestígio na ampliação de capitais**: uma análise bourdieusiana sobre as tragédias escolares. Caderno de Estudo e Pesquisa na Educação Básica, v. 6, n. 1, 2020. ISSN 2447-6943. Disponível em: <http://www.cadernosdeestudoepesquisa.com.br/>. Acesso em: 22 fev. 2025.

CORIDIAN, C. **Os usuários de produtos paraescolares**: pais ou filhos? Educação e Sociedade, Campinas, v. 24, n. 84, p. 945-953, set. 2003. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/>. Acesso em: 1 mar. 2025.

RIEDNER, Daiani Damm Tonetto; PEREIRA, Jacira Helena do Valle. **A heterogeneidade das elites brasileiras e as estratégias distintas na obtenção do sucesso escolar**. Contexto & Educação, Editora Unijuí, ano 27, n. 87, p. 26-53, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br>. Acesso em: 7 jul. 2021.

ROMANELLI, Geraldo. **Família de camadas médias e escolarização superior dos filhos**: o estudante-trabalhador. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Org.). Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SANTOS, Rosângela dos; PEREIRA, Ewângela Aparecida; SANTOS, Janaina Soares Cecilio dos. **Parentocracia e cultivo orquestrado**: estratégias familiares em escolas de prestígio. BRCMV-GOEPT-DCO-372, set. 2014. Disponível em: <https://sites.pucgoias.edu.br/>. Acesso em: 20 mai. 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Miriam Ferreira de Abreu da; ASSIS, Jacira Helena Pereira do Valle. **Expansão do mercado escolar**: parentocracia e o Colégio Militar de Campo Grande (CMCG). Quaestio, Sorocaba, SP, v. 21, n. 2, p. 459-479, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/335561038>. Acesso em: 11 ago. 2021.

ZAGO, Nadir. **Processo de escolarização nos meios populares**: as contradições da obrigatoriedade escolar. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Org.). Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.